

Fabricio Henriques Caloiero Vilas

**A ineficiência das esferas públicas institucionalizadas
e a importância de um programa de formação política e
cidadã para a sociedade**

Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Rio de Janeiro

2013

RESUMO

No Brasil, os primeiros Conselhos Gestores surgiram antes da década de sessenta, mas é a partir da Constituinte que esses canais se multiplicam, materializando-se em inúmeros espaços institucionalizados de constituição mista e partidária. Contudo, esses espaços carregam consigo possibilidades contraditórias - ao mesmo tempo em que podem ser espaços de construção de uma nova cultura política, a partir da consolidação da esfera pública, também podem constituir-se em espaços de legitimação das reformas de cunho neoliberal e cooptação política.

Apesar deste breve comentário, não temos como fim realizar uma avaliação sobre o funcionamento dos conselhos e seus aspectos, pois é sabido que existem inúmeros trabalhos nesta temática. O presente trabalho pretende realizar uma análise do Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças, do Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PETROBRAS/UO-RIO, vinculado ao processo de licenciamento ambiental exigido pelo IBAMA. Este programa consiste em um processo educacional de formação político-cidadã.

A análise deste programa está fundamentada na hipótese de que somente as criações de Conselhos Gestores não são suficientes para a construção dos verdadeiros espaços participativos geradores de políticas sociais. É preciso à formação de pessoas em temas como a cidadania, política e democracia, para assumir esses espaços.

Como meio de justificar essa hipótese, apresentam-se os elementos teóricos e empíricos que levaram a sua formulação, os conteúdos e a metodologia do Programa e o que considera avanços na formação de lideranças pretendida.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Conselhos Gestores. Formação Política. Cidadania

ABSTRACT

In Brazil, the first management councils arose before the sixties, but it is from the Constituent these channels multiply, materializing in many institutionalized spaces of mixed constitution and party. However, these spaces carry with contradictory possibilities - while that may be spaces of building a new political culture based on the consolidation of the public sphere, can also constitute spaces of legitimation of neoliberal reforms and political co-optation.

Despite this brief review, we can not order carry out an assessment on the functioning of the councils and their aspects, since it is known that there are numerous studies on this topic. This paper intends to perform an analysis of the Program Development and Leadership Training, the Center for Environmental Education of Campos Basin - PETROBRAS / UO-RIO, linked to the environmental licensing process required by IBAMA. This program consists of an educational process of political and civic training. The analysis of this program is based on the assumption that only the creations of Management Councils are not sufficient for the construction of real participatory spaces generating social policies. You need to train people on issues such as citizenship, politics and democracy, to take these spaces.

As a means to justify this hypothesis, we present the theoretical and empirical element that led to its formulation, content and methodology of the program and believes that advances in training leaders want.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Conselhos Gestores: origem, conceitos e participação cidadã nos Conselhos	8
3. Breve análise política da região da bacia de campos e seus espaços de controle social.....	11
3.1. Análises da realidade dos conselhos na Bacia de Campos.....	13
4. Apresentação e reflexão do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças.....	16
5. Resultados.....	24
6. Conclusão.....	26
7. Bibliografias.....	28
ANEXO A – Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças	30

1. INTRODUÇÃO

Os Conselhos Participativos no Brasil ganham força a partir da Constituição de 1988, quando são criados instrumentos para que a sociedade exerça papel fundamental na construção de uma democracia sólida. Como, por exemplo, as emendas populares.

A partir desse período de redemocratização, a população brasileira passa a demandar com cada vez mais intensidade a criação de espaços institucionalizados, nos quais cidadãos organizados possam interagir com representantes dos poderes constituídos, de forma que todos possam ouvir e ser ouvidos.

Neste momento a interlocução que se estabelece na esfera pública não é apenas discursivo-argumentativa, mas ela é também ação e deliberação sobre questões que dizem respeito ao conjunto da sociedade (Gohn; 2004; p.15).

Neste sentido, os Conselhos surgem com o propósito de atuar como canais efetivos de participação da sociedade civil, através de suas formas inovadoras de gestão pública, que permitem o exercício de uma cidadania ativa, incorporando as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas que possam solucioná-los.

Entretanto, não é isto que se tem visto ao longo do tempo, tanto em trabalhos sobre o tema como em experiência profissional do autor, os quais indicam que tem sido muito difícil implementar conselhos democráticos e representativos da sociedade e mais difícil ainda, garantir que os mesmos desempenhem um papel eficaz na democratização das políticas.

Em assim sendo, cabe indagar: será que os cidadãos têm embasamento político-democrático e ética para atuarem dentro dos Conselhos Gestores? Será que podem contribuir com planos de gestão das políticas setoriais, conferindo transparência nas alocações dos recursos, favorecendo a responsabilização dos políticos e dos técnicos da administração pública?

Se analisarmos ao longo dos anos o funcionamento e a estrutura dos Conselhos Gestores no Brasil, podemos identificar problemas que tornam as perguntas mencionadas acima negativas. É factível dizer que grande parte dos conselhos espalhados pelo Brasil têm as seguintes características: espaço para trampolim eleitoral, conselheiros despreparados para atuarem na gestão pública, aparelhamento por forças políticas (fenômeno mais verificado é a cooptação), imposição dos representantes do poder público nas votações e escolhas das prioridades, baixa publicidade dos dias e horários das reuniões e pautas, falsa paridade, excesso de reuniões extraordinárias, na tentativa de aprovações de itens sem a participação total dos membros, não observância das regras dos conselhos (regimento interno não é respeitado), falta critérios na escolha dos representantes que vão compor os conselhos e falta de comprometimentos nas decisões¹.

É provável que essas características mencionadas não sejam generalizadas para todo o Brasil, mas na área de estudo deste trabalho - Bacia de Campos² são recorrentes estas características. Nesta região é marcante, nas relações entre poder público e comunidade, a cultura clientelista, falta de ética, nepotismo, corrupção, politicagem, abuso de poder. Desta maneira, o poder público manipula a população, dificultando a capacidade de autonomia dos municípios.

Em grande parte dos municípios que integram a Bacia de Campo, a cultura provinciana e o assistencialismo são um dos principais elementos de retroalimentação deste sistema. As pessoas têm um comportamento avesso às mudanças e ainda agem como se estivessem em tempos do “Império”. Durante pesquisas de campo para o presente trabalho, no município de Quissamã, ouvimos a seguinte frase de um cidadão:

*“Parece que ainda vivemos no tempo da escravidão,
a diferença agora é que as amarras são outras:
as bolsas, cheque cidadão e etc.É sufocante!”*

¹ Vilas, Fabricio Caloiero e Negrão, Marcelo. - Formação de multiplicadores em autogestão comunitária em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: V Encontro de Pesquisadores Latino Americano em Cooperativismo. Rio Beirão Preto – São Paulo. 2008

² A região da Bacia de Campos é a maior província petrolífera do Brasil, responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo, além de possuir as maiores reservas provadas já identificadas e classificadas no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro é constituída por treze municípios litorâneos: Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoanas\

Neste sentido, onde prevalecem nas relações políticas as “anestésias sociais”³, a ciência política aponta que o comportamento de gestores públicos (governantes), encontram reflexos no próprio comportamento, muitas vezes politicamente apático, da sociedade. Neste sentido, o cientista político italiano Fúlvio Attina define o termo apatia: “um estado de indiferença, estranhamento, passividade e falta de interesse pelos fenômenos políticos. É um comportamento ditado muitas vezes pelo sentimento de alienação” (BOBBIO et al, 2000).

No entendimento da histórica ineficiência dos Conselhos Gestores, principalmente no que concerne a definição das políticas públicas e participação democrática dos cidadãos, o presente trabalho defende a necessidade de um programa de intervenção, focado no fortalecimento político dos comunitários, para participação efetiva nestes conselhos. E neste sentido, a partir de uma breve análise de alguns conselhos gestores da região, este trabalho apresenta e analisa a metodologia de capacitação do Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças, vinculado ao Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PETROBRAS/UO-RIO⁴.

Seu objetivo consiste em verificar se é possível qualificar os cidadãos para a participação em Conselhos Gestores, para que desta forma tentarmos evitar a ineficiência dos mesmos e/ou evitar que os cidadãos “recém-egressos” nos conselhos, sejam de imediato, massa de manobra de partidos ou grupos políticos, a partir de cooptação, fortalecendo alguns “efeitos colaterais” dos conselhos: patrimonialismo, centralismo e partidarismo.

Nesse sentido, o trabalho encontra-se assim estruturado: na primeira parte, faz-se uma avaliação da participação cidadã nos Conselhos, à luz de referências sobre o tema. Em

³Bolsas, cheque cidadão, ajudas pecuniárias e etc.

⁴Este projeto é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. São atendidos pelo projeto os municípios localizados na área de influência de 6 empreendimentos da Unidade Operacional da Petrobras – UO RIO: FPSO Mrlim Sul; P-38 e P-40; FPSO Brasil; FPSO P-48; FPSO P-43; FPSO 50.

seguida, apresentamos um breve contexto político e econômico da região da Bacia de Campos, onde o Programa, objeto do estudo se realiza, bem como a realidade dos Conselhos Gestores da região, levantada em entrevistas abertas com integrantes dos mesmos. Tratam-se, então, da justificativa para a formulação do Programa, de seus objetivos, resultados esperados, conteúdo e metodologia. Ao final, tenta-se demonstrar impactos do programa na formação política de lideranças que integram a mais de um ano os centros de formação política e cidadã montado pelo projeto NEA-BC (Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos) nos espaços institucionalizados, como conselhos e comitês.

2.CONSELHOS GESTORES: ORIGEM, CONCEITOS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NOS CONSELHOS.

Os efeitos gerados pelas lutas nos vinte anos de ditadura militar lança no período de redemocratização um “espírito democrático”, que é materializado na constituinte de 88, onde a população encontra na prática, participação direta no exercício do poder, como pode ser constado abaixo, em alguns artigos da constituição Federal⁵:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular.

O Art. 177, que se refere à elaboração dos Planos Diretores, tem a seguinte redação no parágrafo quinto:

§ 5º Os Municípios assegurarão a participação das entidades comunitárias legalmente constituídas na definição do plano diretor e das diretrizes gerais de ocupação do território, bem como na elaboração e implementação dos planos, programas e projetos que lhe sejam concernentes.

O Art. 194, que se refere à seguridade social, no inciso VII, que tem a seguinte redação:*Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão*

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil, Títulos – II, VII e VIII

quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

O Art. 198, no inciso III versar sobre a participação da comunidade nos serviços públicos de saúde.

O Art. 204, que versa sobre assistência social, tem a seguinte redação no seu inciso II: *participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.*

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A atmosfera democrática e o estímulo à participação popular criada pela Constituição Federal de 88 visava o processo de descentralização política e criou diversos conselhos setoriais nos Estados e nos Municípios Brasileiros⁶. Segundo, GOHN (2001), podemos definir os conselhos gestores, como canais de participação, onde a sociedade civil organizada e o poder público praticam ações a respeito da gestão pública.

Apesar da “explosão” dos conselhos gestores na década de 80, o cerne dos conselhos remete a década de 60, com o surgimento dos movimentos sociais e as organizações comunitárias⁷. Estas mobilizações já pressionavam o poder público para a criação dos conselhos gestores, no intuito de atender as demandas populares. Segundo GOHN (1998), os conselhos gestores são propostos por setores da esquerda e opositores do regime militar e inicialmente assumem funções diversas, tais como:

- Organismos do movimento popular atuando com parcelas de poder junto ao executivo;
- Como organismos superiores de luta e organização popular;
- Como organismos de administração municipal (criados pelo governo, para

⁶ GUIMARÃES, Gonçalo. Uma cidade para todo. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

⁷ GONH, Maria Glória, Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. Cortez Editora, São Paulo, 2001:50

incorporar o movimento popular ao governo).

Ainda segundo GOHN (2004), os Conselhos Gestores são espaços institucionalizados inseridos na esfera pública, que visam mediar relações e conferir maior interação entre governo e sociedade civil. Estes espaços também fazem parte da esfera política, já que integram os órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo. De modo geral os Conselhos Gestores estão voltados ao debate, deliberação e definição de políticas. Sua composição é formada por integrantes do poder público e da sociedade civil organizada e junto formulam e debatem, estimulando a criação de políticas públicas, em um processo de gestão descentralizada e participativa, além de favorecerem o controle social sobre a gestão pública. Para a autora:

Os conselhos são instrumentos de determinados processos políticos e constituem inovações institucionais na gestão de políticas sociais no Brasil. (...) Os conselhos, poderão ser tanto instrumentos valiosos para a constituição de uma gestão democrática e participativa, caracterizada por novos padrões de interação entre governo e sociedade em torno de políticas setoriais, como poderão ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, meras estruturas para transferência de recursos para a comunidade, tendo o ônus de administrá-los; ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração dos indivíduos em esquemas definidos previamente. Disso resulta que os conselhos são espaços com caráter duplo: implicam, de um lado, a ampliação do espaço público – atuando como agentes de mediação dos conflitos remando, portanto, contra as tendências das políticas neoliberais de suprimir os espaços de mediação dos conflitos; mas de outro lado, dependendo como são compostos, poderão eliminar os efeitos do empowerment, do sentido de pertencer dos indivíduos, e reafirmar antigas práticas herdeiras do fisiologismo. Como tal, carregam contradições e contrariedades. Tanto podem alavancar o processo de participação sociopolítica de grupos organizados, como estagnar o sentimento de pertencer de outros – se monopolizados por indivíduos que não representem, de fato, as comunidades que os indicaram/elegeram. Eles não substituem os movimentos de pressão organizada de massas, ainda necessários para que as próprias políticas públicas ganhem agilidade⁸.

Realmente entre os anos cinquenta até os anos noventa, a participação popular na gestão

⁸GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107-108.

pública evoluiu de uma participação meramente assistencial e comunitária, para uma participação reivindicatória, com espaços para deliberações e não só apenas consultivas e palcos apenas de argumentação (GOHN, 2001, p.50). Na década de 80, a participação comunitária característica desta época, cede lugar a participação cidadã, onde o foco não é mais a comunidade, os bairros ou as associações de moradores, mas sim a sociedade, com as diversidades de atores sociais e interesses. Neste mesmo período, observa-se um processo de descentralização das políticas públicas, que segundo GUIMARÃES (1997, p.12), tem o objetivo de aproximar a gestão dos espaços públicos e seu cotidiano, entre os cidadãos e as instituições do Estado, e desta forma as demandas sociais encontram eco em espaços institucionalizados que de certa forma, apesar do clientelismo, partidarismo, consegue atender algumas demandas interesses sociais.

Neste processo de participação popular na gestão pública, não podemos deixar de citar a importância dos movimentos de moradia, que surgem a partir da década de 60 (GUIMARÃES, 1996). As péssimas condições de vida nesta época mobilizam a população e fazem com que, durante esse período tornassem-se “frequentes as manifestações populares contra a remoção das favelas e congelamento dos alugueis” (GUIMARÃES, 1997:63). Este cenário de mobilização popular, apesar do enfraquecimento no período do Regime Militar, mantém a “chama acesa” e são de certa forma, responsáveis pelo aumento dos conselhos gestores, com a incorporação do seu contingente nestes espaços.

3.BREVE ANÁLISE POLITICA DA REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS E SEUS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL.

Na região da Bacia de Campos podemos perceber que a riqueza material proporcionada pela presença da indústria do petróleo contrasta com a pobreza existente na região. Isso porque os municípios da região apresentam indicadores sociais muito aquém do volume de recursos arrecadados e, principalmente, da expectativa criada na população.

Observa-se nesses municípios um elevado nível de desigualdade social, potencializada pela concentração de riquezas e, principalmente, pela ausência de políticas públicas estruturantes. Neste sentido os municípios da região não conseguiram dinamizar sua economia em outros setores, aproveitando, inclusive, sua vocação local, tornando-se

cada vez mais dependentes da arrecadação dos royalties e participações especiais. Em alguns municípios, esse nível de dependência ultrapassa os 50%⁹. Isso reduz a capacidade de geração de emprego e renda aos seus munícipes que acabam por se tornarem reféns da administração municipal, principalmente pelo fato deste ser o principal empregador, limitando, inclusive, a eclosão de movimentos reivindicatórios. Assim, o que se vê são medidas paliativas promovidas por gestores públicos que, na maioria das vezes, são utilizadas como barganha política ou instrumento de manutenção no poder: cooptação e utilização da máquina pública para interesses particulares.

Paralelamente, um dos principais problemas identificados na região é a forma como a população se relaciona com os poderes públicos constituídos. Se por um lado, observa-se uma má gestão por parte dos governantes (seja por incompetência, imperícia ou desvios de conduta), por outro observamos uma população apática e com um baixíssimo nível de engajamento social. Isso por que a composição da sociedade civil na região apresenta uma incipiente representatividade política, não possibilitando um mínimo equilíbrio de força entre Estado e Sociedade. Ao contrário, observa-se uma sociedade civil com pouca capacidade institucional para atuar e, conseqüentemente, com baixa expressividade para representar os interesses locais frente às diversas instâncias de poder.

Em toda região da Bacia de Campos foi possível perceber um quadro de fragilidade no exercício de cidadania e de participação desqualificada na cena política regional. Essa situação pode estar associada ao fato de a região abrigar uma população que possui pouco sentimento de pertencimento ao território, uma vez que muitas pessoas estão na região movidas pelo “sonho de melhorar de vida” e muitas vezes possuem perfil individualista. Evidentemente, esse contexto aponta para a necessidade de processos educacionais que possam fortalecer a organização comunitária para o exercício da cidadania na região. Este quadro acarreta um cenário onde é possível perceber:

- Os comunitários, individualmente ou através das organizações, têm dificuldade em interagir com estruturas governamentais, cujo comportamento é, na maioria das vezes, autoritário, clientelista e assistencialista, em diversos graus;

⁹<http://inforoyalties.ucam-campos.br>

- A confiança entre membros do grupo é condicionada por interesses individuais, familiares e/ou por indução de interesses de grupos mais abrangentes (como agrupações políticas, por exemplo) através de membros destes;
- As situações de conflito interno nem sempre são de fácil solução, acontecendo, com alguma frequência, casos de divisão da organização até o nível de gerar comprometimento;
- O trabalho em equipe não é uma prática comum.

3.1 Análises da realidade dos conselhos na Bacia de Campos

Tendo em vista as contradições e contrariedades verificadas nos Conselhos Gestores, podemos apontar um contraponto destes espaços, pois apesar dos governos locais (municípios e distritos) estarem em contato direto com os cidadãos e conseqüentemente exista mais controle direto da sociedade na gestão pública, a proximidade leva o estreitamento das relações pessoais (muitas vezes promiscuas), favorecendo ações clientelistas e de cooptação. Outro ponto negativo, desta proximidade entre poder público e sociedade é a contratação de funcionários, sem o concurso público, o que torna o contratado dependente da atual gestão e incapaz do enfrentamento e embate como poder público. Essa situação é agravada quando estes contratados são pessoas ineficientes e despreparadas para ocuparem cargos públicos.

No intuito de verificar o funcionamento de alguns Conselhos Gestores na Bacia de Campos, no período de agosto de 2012 a março de 2013, o presente trabalho realizou entrevistas abertas com integrantes de conselhos na região da Bacia de Campos, que participam do programa de formação política do projeto NEA-BC. Nestas entrevistas foram analisados os seguintes fatores dos conselhos: Características dos conselheiros, autonomia, funcionamento interno, recursos, planos e protagonismo. Estes fatores foram analisados levando em conta os principais pontos negativos (sintomas) e as causas destes sintomas.

Segue abaixo os conselhos que foram analisados, a data de fundação e o nome e status

do entrevistado:

Conselho Municipal de Meio Ambiente de Araruama - Ano de Fundação: 1977 –
Entrevistado: Cesarina Vila Nova

Conselho Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo – Ano de Fundação: 1999 –
Entrevistado: Gisele Vicente(SociedadeCivil);

Conselho Municipal de Saúde de Arraial do Cabo – Ano de Fundação: 1994 –
Entrevistado: Sandra Brandão (Sociedade Civil);

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Ano de Fundação: 1999 –
Entrevistado: Marcos Peruzzi (Técnico da Emater);

Conselho Municipal de Saúde de Quissamã - Ano de Fundação: 2000 – Entrevistado:
Wagner Nunes (Sociedade Civil);

Conselho Municipal de Saúde de Casimiro de Abreu – Ano de Fundação: 2002 –
Entrevistado: Sival Lima

Conselho Municipal de Habitação de Casimiro de Abreu – Ano de Fundação: 2008-
Entrevistado: Sival Lima

Conselho Municipal de Habitação de Casimiro de Abreu – Ano de Fundação: 2008-
Entrevistado: Sival Lima

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural deCampos dos Goytacazes – Ano de

Fundação: 1976 – Entrevistado: Geraldo(Técnico da Emater);

Os Dados das entrevistas foram tabulados e analisados e pelo fato das respostas dos entrevistados terem sido muito semelhantes, agrupamos os relato dos entrevistados em tabelas, como pode ser vista abaixo:

Tabela 1: Sobre os conselheiros

Sintomas	Causas
Não capacitação e despreparo dos conselheiros para a participação	- Não interessa aos políticos - Não interesse dos técnicos - Falta de interesse dos Conselheiros - Comunidade mal informada
Conselho serve de trampolim eleitoral	Interesses pessoais acima dos coletivos
Corporativismo	Interesses pessoais acima dos coletivos
Conselheiros não percebem a importância do Conselho e sua força	Atuação pontuada por projetos específicos
Falta de interesse dos participantes	Indicação de pessoas não capacitadas para exercer determinadas funções
“aparelhamento” seja por forças políticas, tanto na escolha, quanto a cooptação.	
Individualismo	Interesses e compromissos

Tabela 2: Autonomia (e relação com poder público)

Sintomas	Causas
Manipulação política	Corrupção ativa e passiva
Falta de interesse do poder público em permitir com que ele funcione adequadamente	
Ausência de responsabilidade do poder	

público	
Imposição dos representantes do poder público(alguns casos o secretários e prefeitos são conselheiros)	Regimento Interno
Presidente não escolhido pelo Conselho	
Nenhuma divulgação antecipada da pauta das reuniões.	
Ingerência política	
Uso político	Indicação sem eleição dos participantes

Tabela 3: funcionamento interno / composição:

Sintomas	Causas
Falsa paridade	Interesses políticos
Reuniões extraordinárias (basicamente)	Objetivos não definidos
Nem todos os membros participam das Reuniões	Horário adequado e transporte que viabilizem a participação
Alguns participantes não são tão representativos	Falta de informação e interesse
Não conhecimento e não observância das normas do conselho	
Critérios de escolha dos representantes	
Não cumprimento do calendário de reuniões	Surgimento de outras prioridades para o presidente
Morosidade e dificuldade em se reunir e decidir	Pauta fora dos interesses dos membros e baixa escolaridade
Não respeito ao quórum paritário.	
Demora na tomada de decisão	

Tabela 4: Sobre Planos e Uso dos Recursos:

Sintomas	Causas
Falta de comprometimento com decisões	
Os planos desconectados da realidade.	
Falta de objetivos a longo prazo.	
Falta de continuidade das ações	Indicação de pessoas não capacitadas para

planejadas	exercer determinadas funções
Fiscalização não conduzida com seriedade	Indicação de pessoas não capacitadas para exercer determinadas funções
Falta de prestação de contas	Há desinteresse do setor público em informar as ações estaduais e municipais
Fiscalização não conduzida com seriedade	Número insuficiente de técnicos
Superficialidades dos assuntos	Falta de objetividade e de um projeto de formação

Tabela 5: Sobre Participação mais geral

Ausência de interesses coletivos municipais	Individualismo / corporativismo
Participação restrita por parte da sociedade (por exemplo, existem poucos jovens e idosos)	Falta de conscientização
Não discutem os problemas locais e regionais (econômico social e ambiental)	
Esvaziamento do conselho	Ingerência político – partidária incompatibilidade pessoal entre conselho falta de representatividade de alguns conselheiros, subordinação legal do conselho ao poder executivo, ação consultiva e não deliberativa e legislação.

4. APRESENTAÇÃO E REFLEXÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS

A realização do Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) é uma medida de Mitigação¹⁰ exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A responsável pela execução do Projeto é a Associação NEA-BC, que celebrou convênio com a Petrobras em 2009.

São atendidos pelo Projeto os municípios, citados anteriormente neste trabalho, localizados na área de influência de seis empreendimentos da Unidade operacional da Petrobras – UO- RIO.

¹⁰ Medida de Mitigação, segundo o IBAMA é um conjunto de procedimentos metodológicos capazes de minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada e evitar o agravamento de impactos identificados e a ocorrência de novos impactos.

Tabela 6 - Localidades da região. A área de abrangência do Projeto NEA-BC corresponde às localidades inseridas em 13 municípios da região da Bacia de Campos, conforme se observa na tabela abaixo:

MUNICÍPIO	LOCALIDADE
Araruama	Praia Seca
Armação de Búzios	São José, Geribá, Praia Rasa, Vila Verde, Maria Joaquina e Cem Braças
Arraial do Cabo	Figueira
Cabo Frio	Tamoios
Campos dos Goytacazes	Farol de São Tomé
Carapebus	Fundão
Casimiro de Abreu	Barra de São João
Macaé	Virgem Santa
Quissamã	Caxias e Ribeira
Rio das Ostras	Cantagalo
São Francisco do Itabapoama	Guaxindiba
São João da Barra	Açu
Squarema	Itaúna, Vila, Gravatá, Boqueirão e Bacaxá

A missão deste projeto é promover a participação cidadã na gestão pública, por meio de uma educação ambiental crítica e transformadora¹¹, em busca de uma sociedade mais justa e sustentável na Bacia de Campos.

Os objetivos do Projeto são: Mobilizar pessoas e articular iniciativas relacionadas à educação ambiental na região da Bacia de Campos, construir e disseminar conhecimentos no campo da educação ambiental crítica e exercer controle social junto às instituições públicas ou privadas. O foco destes objetivos é fortalecer a organização comunitária para o exercício da cidadania, com o incentivo ao protagonismo da

¹¹Educação ambiental crítica é uma linha de educação que vai contra a educação ambiental hegemônica, que é baseada na mudança de comportamento individual. A educação ambiental crítica está pautada em processos educativos coletivos voltados para o controle social na gestão pública. Em suma, em vez de o cidadão atuar na limpeza de uma praia, a educação crítica, estimula a os cidadãos exigir dos órgãos públicos seu dever com gestores.

comunidade, buscando uma maior participação nas questões socioambientais locais.

O Projeto de Desenvolvimento e Formação de Lideranças, no qual o autor deste trabalho é gestor, é um mecanismo de apoio à iniciativa NEA-BC – Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos/Projeto de Educação Ambiental da PETROBRAS/UO-RIO que consiste em um processo educacional. Este projeto visa estimular as qualidades de liderança dos seus participantes através de experiências, desafios, decisões que osconfrontem com a problemática socioambiental. Ao mesmo tempo, propõe-se a disseminar e a construir conteúdos e ferramentas que desenvolvam as qualidades necessárias para a gestão socioambiental em quaisquer dos âmbitos em que este papel interfira na condução ou articulação de políticas, programas, projetos ou organizações.

Este programa de desenvolvimento de liderança considera que para a participação da população nos espaços institucionalizados (mais precisamente os conselhos gestores), na incidência da população em políticas públicas e em outros espaços de controle social e necessário algumas ações, como: despertar o espírito analítico e crítico da população, no intuito da mesma compreender o contexto maior, onde se processam as mudanças e se executam as políticas públicas, a estimulação ao comportamento cooperativo e criativo na busca de soluções, sensibilizar da comunidade para a dimensão ética do desenvolvimento político enquanto responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil, capacitar à comunidade na aplicação de métodos e técnicas capazes de interferência na gestão pública e ocupação de espaços institucionalizados, como conselhos, fóruns e redes, na formulação e controle de políticas públicas

As bases para a construção de valores de pertencimento e responsabilidade, essenciais para a inserção cidadã, tanto na dimensão humana como nas dimensões sociais e produtivas, são a construção da identidade, a ação com autonomia e interdependência e a incorporação da diversidade. A educação, e não somente ela, está referida a este processo de construir capacidades. Ela tem o papel de transmitir a produção cultural da humanidade para uma contínua construção histórica, fundamentada no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sempre de forma intencional:

[...] ao falar em educação, referimo-nos a processos osmais variados, enfatizando sua dimensão formal e nãoformal. Efetivamente, ela acontece em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no interrelacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola. É uma Educação que toma o espaço da gestão ambiental como espaço pedagógico e procura concretizar na prática da gestão ambiental pública, a efetivação dos princípios que devem reger a Administração Pública brasileira segundo o art.37 da Constituição Federal (QUINTAS et al., 2005, p. 3).

As principais ações deste projeto podem ser definidas em: 1ª diagnóstico 2ª mobilização comunitária e 3ª capacitação

Como foi mencionada anteriormente, a área de influência dos impactos da exploração de petróleo offshore, abrange treze municípios. Essa região é chamada de Bacia de Campos. Nesse sentido, antes de quaisquer ações de mobilização ou capacitação foi realizado um diagnóstico participativo, que é definido como um conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento em licenciamento¹².

Em suma, segundo o IBAMA¹³ os principais objetivos deste diagnóstico participativo foram: identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural, identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural, identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico e identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação

¹²NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10. Disponíveis em www.ibama.gov.br/

¹³ Idem

educativa. O diagnóstico participativo apresentou propostas que subsidiaram a elaboração do Projeto NEA-BC.

Em relação às atividades de mobilização e sensibilização, podemos considerá-las muito importantes em um projeto de cunho social, apesar destas ações não estarem fundadas propriamente em conteúdo e capacitações, sua execução é condição estruturante para o projeto, pois viabilizam a 3ª etapa, ou seja, a capacitação (momento que tentamos estimular, através de conteúdos específicos, os comunitários a despertar seu senso crítico em relação ao papel da gestão pública e da sociedade).

Entretanto, a execução destas atividades esbarra na histórica apatia política da população brasileira, que em sua grande maioria têm o sistema político com algo inconveniente, sarcástico e perturbador. Este cenário criou um distanciamento entre sociedade e a gestão pública e atualmente o auge da democracia e cidadania é o voto. Este contexto cria uma inércia na população frente às possíveis mudanças e no exercício do controle social e tornam os espaços institucionalizados, como por exemplo, os conselhos gestores, ambiente desconhecido ou no pensamento de muitos, ambiente considerado proibido e subversivo, tendo em vista que na Bacia de Campos, a interferência da população na gestão pública não é comumente, não é de praxe. Os movimentos populares também são praticamente inexistentes na região e corroboram com o que foi dito anteriormente. Como mobilizar a população para formação política e cidadã, numa região politicamente arcaica, assistencialista e ameaçadora, tendo em vista a existência de grupos de extermínio ligados à gestão pública e o fato de grande parte dos servidores públicos serem contratados e não concursados, o que impede ações reivindicatórias de parte da população, devido ao medo de perderem o próprio emprego ou o emprego de familiares.

Tendo em vista as dificuldades apresentadas por este cenário, o programa está utilizando como estratégia de mobilização, Carta-Convite, que é entregue pessoalmente aos participantes, dias antes da realização das atividades. Esta estratégia permite contato corpo-a-corpo dos técnicos de campo com os comunitários, possibilitando o processo de sensibilização, pois permite uma explicação paulatina do projeto e a elucidação de dúvidas dos comunitários. Esta carta esclarece os objetivos do projeto e

convida o receptor para uma ou duas atividades, sempre informando a intenção, data, hora e desdobramentos.

Outra estratégia que está sendo adotada para mobilização e divulgação do Projeto é Plataforma de Educomunicação NEA-BC (www.neabc.org.br)¹⁴, onde participantes e demais interessados podem acessar a agenda do Projeto, informações sobre futuras atividades e sobre as já realizadas. Fotos e outros materiais visuais, como cartazes, também são postados na plataforma no intuito de chamar a atenção do internauta, que pode se cadastrar no portal, ou apenas acessar de forma limitada as informações.

A apresentação do Projeto NEA-BC em eventos públicos, relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento social têm se mostrado uma excelente forma de mobilização, pois concentra certo número de pessoas e geralmente os comunitários que frequentam esses eventos estão imbuídos de certo ativismo democrático.

Apesar de todas as estratégias apresentadas, a mobilização é o trabalho mais árduo deste projeto, pois geralmente a população brasileira (no caso específico deste trabalho, a população do norte fluminense) é incrédula sobre seu direito de cidadão, ou seja, não acredita que pode participar ativamente da gestão da cidade e não tem cultura e costume de participação política. Estes fatos reunidos refletem o baixo quórum dos grupos gestores¹⁵ do projeto, que tem em média dez integrantes. Quando o processo de mobilização é intenso, ou seja, como carro de som, faixas, entrega de cartas convites, as reuniões chegam a atingir uma média de trinta participantes, pois muitos ao serem mobilizados não entendem direito o projeto e como as divulgações levam a logomarca da Petrobras, muitos comunitários acreditam, no primeiro momento, que pode ser uma oportunidade de emprego e desta forma veem uma chance de se viabilizarem economicamente, entretanto quando percebem que o projeto se trata da formação de um coletivo, que visa incidir em políticas públicas, no intuito de melhorar a qualidade de vida da região, muitos desistem, tanto pelo individualismo, quanto pelo medo de enfrentamento do poder municipal.

¹⁴ Esta Plataforma foi criada no intuito de publicitar as atividades realizadas pelos municípios, no contexto do Projeto NEA-BC e criar fluxos de informação entre os 13 municípios da Bacia de Campos, na tentativa de regionalização do projeto

¹⁵ Grupos formados com comunitários da localidade, o projeto tem 13 grupos gestores, um em cada município que atua.

Em relação às capacitações, o Projeto NEA-BC conta com um Programa de formação de Lideranças¹⁶, chamado de Pró-liderança NEA-B (ANEXO1). Este programa é estruturado metodologicamente com aulas expositivas, intercâmbios, atividades formativas e encontros quinzenais para estudos dirigidos. Para execução desta metodologia, o projeto conta com centros de formação política e cidadã nas comunidades, que são espaços físicos estruturados com bibliotecas, computadores, salas de reunião e um agente de mobilização local.

A abordagem metodológica do programa trabalha instrumentos que possibilitam aproximar os principais conteúdos didáticos com a realidade dos participantes. Este processo inicialmente, parte da compreensão que o grupo traz (senso comum) sobre os temas que são trabalhados (Estado, Políticas Públicas, Desenvolvimento, Direito e Cidadania, Ética e Política).

As capacitações são divididas em módulos e são essenciais para a formação política e cidadã, pois trabalham temáticas fundamentais para o entendimento da gestão pública, permitindo a inserção da sociedade nas esferas públicas, de maneira qualificada, onde a população tenha capacidade para participar ativamente dos debates e embates com o poder público e não restrinja sua participação nestes espaços institucionalizados, a meras consultas e acabem servindo de massa de manobra de grupos partidários. Esperamos que estas capacitações forneçam as ferramentas necessárias para que os comunitários possam participar de forma deliberativa, efetivamente incidindo em políticas públicas e supervisionando o poder público.

As capacitações (leia-se Programa de Formação de Lideranças) estimulam a formação de jovens lideranças locais, para debater sobre os temas abordados, resolução de desafios e aprofundamento dos conteúdos relacionados às questões socioambientais. Com essas práticas, o projeto vem buscando (período de 2011 a 2013) dos participantes, um comportamento crítico e analítico sobre o conteúdo dos módulos e sua realidade

¹⁶O Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças é um mecanismo de apoio à iniciativa NEA-BC – Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos, Programa de Educação Ambiental da PETROBRAS/UO-RIO que consiste em um processo educacional baseado em seminários e módulos presenciais teórico-práticos, intercâmbio de aprendizagem e soluções de problemas socioambientais a partir de atividades e projeto práticos.

local. Em sua totalidade os módulos foram realizados com uma presença satisfatória e expressiva das comunidades envolvidas no processo. Participaram dessas atividades jovens e lideranças locais em torno das ações formativas. Nas atividades extras-módulo, foram desenvolvidas atividades práticas sobre os conteúdos abordados nos módulos, com o intuito de aprofundar os conhecimentos adquiridos sobre as questões socioambientais, estimulando o desenvolvimento de soluções para os problemas dos municípios.

Fazendo uma análise primária, em relação os resultados das capacitações, pudemos perceber uma “atmosfera cidadã” nos comunitários, na medida em que os mesmos já veem a necessidade de uma gestão pública participativa e transparente, que envolva diretamente a participação popular em processos de decisão e fiscalização. Contudo para isso acontecer, de maneira efetiva, é condição *sinequa non*, a existência de uma população qualificada, politicamente ativa e eficiente nas arenas (esfera pública) de embates entre poder público e sociedade civil organizada.

Cabe ressaltar novamente as dificuldades deste projeto, tendo em vista a conjuntura política da Bacia de Campos, que desfavorece o exercício da cidadania e controle social, entretanto não impede os trabalhos de formação política de base comunitária.

5. RESULTADOS

A presente pesquisa pôde demonstrar dois resultados, o primeiro, comprova a hipótese deste trabalho, que grande parte dos Conselhos Gestores da Bacia de Campos, não são verdadeiros espaços de representação da sociedade, principalmente pela falta de continuidade das ações planejadas, cooptação política e despreparo dos conselheiros. O outro resultado, demonstra que um projeto focado na formação política e cidadã pode aumentar o grau de entendimento dos cidadãos sobre o funcionamento e importância dos coletivos de controle social e da máquina pública, melhorando a participação da população nestes espaços, ou seja, tornando ela mais eficiente.

No que concerne à avaliação de alguns espaços institucionalizados presentes na Bacia de Campos, o presente trabalho pode evidenciar através de entrevistas abertas com participantes de Conselhos Gestores da região e através da bibliografia mencionada, que

as críticas à eficiência destes espaços, se repetem na região e corroboram para o descrédito dos conselhos. Estes espaços, em grande parte do território Brasileiro, não estão funcionando como deveriam, ou seja, dentro dos preceitos constitucionais e não estão sendo um canal de efetivo de participação social, onde grupos de identidade da sociedade são representados democraticamente e realmente consigam implementar ou modificar políticas públicas de cunho socioambiental.

Em relação aos resultados do Programa de Formação Política e Cidadã foi possível verificar nos comunitários que participam a mais de um ano do programa, as seguintes características:

- Pessoas capacitadas e engajadas politicamente para incidência nas políticas públicas;
- Maior entendimento do contexto político e institucional da Bacia de Campos;
- Maior organização comunitária, com cidadãos capazes de questionar e intervir na atuação do poder público;
- Maior participação nos espaços de controle social.

Para exemplificar, podemos citar alguns exemplos, como:

Uma comunitária participante do projeto NEA-BC, do Município de Cabo Frio começou a participar ativamente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, apontando entraves do poder público e apresentado aos outros conselheiros, aspectos da gestão pública.

Integrantes do projeto em Casimiro de Abreu começaram participar do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago São João, apontando a necessidade de uma melhoria na qualidade do Rio São João e Capivari, a montante da represa de Juturnaíba

Em Saquarema, os comunitários têm exercido a cidadania, através do levantamento de imagens da Obra de Barra Franca (que apresenta grande potencial poluidor) e continuam exercendo pressão no poder público, reivindicando ao mesmo, explicações sobre a nomeação dos Conselheiros do Conselho de Meio Ambiente, que segundo os

comunitários ocorreu de forma ilegal, não respeitando aos princípios da transparência e publicidade.

Os comunitários de Araruama, no último trimestre, em função da constatação da incipiente coleta de resíduos sólidos na região, realizaram um evento público sobre resíduos sólidos. Este foi realizado na sede do município de Araruama, onde atraiu mais de 90 pessoas, entre poder público, iniciativa privada, academia, sociedade e entidades civis. O evento teve como objetivo cobrar do poder público e da empresa responsável pela coleta de resíduos, o cumprimento do contrato de concessão e dos artigos no Plano Diretor Municipal que versam sobre essa temática.

6. CONCLUSÃO

Tendo em vista o histórico sócio-político da região da Bacia de Campos, marcado pela concentração de renda e de terras, por centralismo político, clientelismo, cooptação, onde o exercício pleno da cidadania foi sempre refutado e poucos cidadãos têm a clareza sobre a sua verdadeira definição e formas de exercê-la e sendo este um cenário adverso, o presente trabalho, propôs apresentar reflexões do programa de capacitação para formação de lideranças do projeto NEA-BC, defendendo que este programa pode criar condições para a participação individual e coletiva da sociedade na gestão pública, a partir da aquisição de conhecimentos sobre temas como democracia, papel do Estado e funcionamento da estrutura pública.

A revisão bibliográfica e os estudos empíricos deste trabalho sobre a ineficiência dos Conselhos Gestores no Brasil e principalmente na Bacia de Campos foi a “peça chave” que estimulou a análise do presente Programa de Formação Política, no entendimento de que não basta somente criar os conselhos, é preciso capacitar a população para participar.

Na perspectiva de uma educação crítica e transformadora, o projeto NEA-BC vem disponibilizando ferramentas para o controle social dos comunitários da bacia de Campos, pois acredita ser fundamental para uma gestão pública transparente e justa, a participação do cidadão, em grupo ou individualmente, garantindo efetivamente o exercício dos seus direitos fundamentais, que são pressupostos de uma democracia.

Neste sentido o programa cria estratégias para que a população atue de maneira proativa na gestão pública da cidade, de maneira que os mesmos consigam se inserir nos principais pontos de pauta da administração pública, com a finalidade de solucionar problemas e deficiências sociais com eficiência, tendo em vista que a sociedade conhece “na pele” os problemas que a cercam.

Acredita que este Programa de Formação Política avançou na consolidação e amadurecimento político dos comunitários, ampliando a capacidade de articulação entre eles e entre eles e a gestão pública.

7.BIBLIOGRAFIA

Attinà Fulvi., **L'Unione europea. Governo, istituzioni, politiche**, Bologna, Il Mulino, 2007.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

CASTRO, Antonio O. Nota Técnica 13: Impactos Sociais da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo na Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense. Projeto CTPETRO, Instituto Nacional de Tecnologia, 2003.

Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal. Revistas dos Tribunais. 2005

GONH, Maria Glória, Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. Cortez Editora, São Paulo, 2001:50.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 15, 2004.

_____. O Cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. Cadernos Cidadania-Textos. Campinas, No. 12. Julho de 1998.

GUIMARÃES, Gonçalo (1996): Assentamentos mais Humanos. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas.

_____.(1997):Uma Cidade para Todos – O plano diretor do município de Angra dos Reis. Rio de Janeiro: Forense.

QUINTAS, J. S.; GOMES, P. M.; UEMA, E. E. Pensando e Praticando a Educação do Processo de Gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2005.

Vilas, Fabricio Caloiero e Negrão, Marcelo. - Formação de multiplicadores em autogestão comunitária em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: V Encontro de Pesquisadores Latino Americano em Cooperativismo. Rio Beirão Preto – São Paulo. 2008;

Sites utilizados:

[.www.inforoyalties.ucam-campos.br](http://www.inforoyalties.ucam-campos.br)

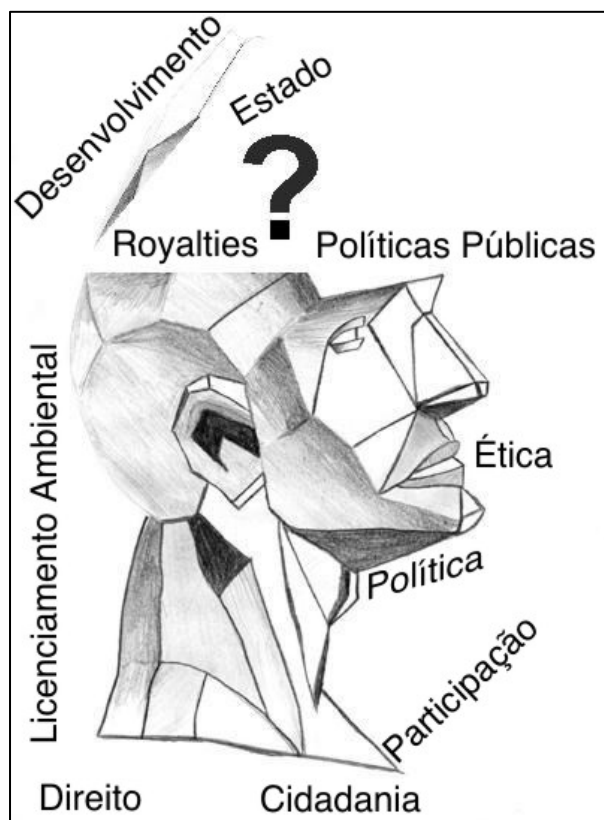
www.ibama.gov.br

www.neabc.org.br

**ANEXO A – PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE
LIDERANÇAS**

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/UO-RIO

Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças



Janeiro de 2011

Marco Referencial Teórico e Prático-Metodológico do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças¹





Imagem da Capa:

adaptada de <<http://globoesporte.globo.com/platb/files/179/2008/04/cabeca02.jpg>>

Acesso em: 15 nov.2010

¹ Documento da PETROBRAS/UO-RIO elaborado com apoio da empresa de consultoria PARTICIPAR – Desenvolvimento e Avaliação de Projetos LTDA.

 Consultoria		Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças para a Bacia de Campos. Uma iniciativa do NEA-BC e PETROBRAS/UO-RIO	Revisão 00 Jan/2011
--	---	--	-------------------------------

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	4
2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA.....	5
3. OBJETIVOS	18
4. METODOLOGIA	21
5. CRONOGRAMA	39
6. REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	42

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças é um mecanismo de apoio à iniciativa NEA-BC – Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos – Projeto de Educação Ambiental da PETROBRAS/UO-RIO que consiste em um processo educacional baseado em seminários presenciais teórico-práticos, intercâmbios de aprendizagem, análise de casos, resolução de desafios, visitas institucionais, rodas de diálogos inter-geracionais e projetos de campo (Projetos dos NÓS do NEA-BC). Visa estimular as qualidades de liderança dos seus participantes através de experiências, desafios, decisões que os confrontem com a problemática socioambiental. Ao mesmo tempo, propõe-se a disseminar e a construir conteúdos e ferramentas que desenvolvam as qualidades necessárias para a gestão socioambiental em quaisquer dos âmbitos em que este papel interfira na condução ou articulação de políticas, programas, projetos ou organizações.

A construção de capacidades de liderança com sujeitos está vinculada à sua história de aprendizagens, à apropriação cultural que cada indivíduo produz nas suas relações com as outras pessoas, com o seu entorno e com ele próprio, gerando significados que, além de serem individuais, são, sobretudo, sociais. A condução desta ação como atividade educacional tem necessariamente a característica de apresentar conjuntos de proposições que, intencionalmente, provocam aprendizagens de forma estruturada. Isto significa que, por diferentes caminhos, são organizadas situações para que as pessoas aprendam.

Aprender é transformar informações em conhecimento, é compreender, atribuir sentido, aceitar tornar-se diferente. O desenvolvimento das pessoas é resultante desse processo de construção e incremento das capacidades de atribuir significados e de ser significado, de pensar e agir, de interagir com o mundo, de apreender a diversidade e de se situar nela, de pertencer. É tornar-se outro, sem perder as construções mentais anteriores, num processo de apropriação que transforma (BERGER, 2009).

As bases para a construção de valores de pertencimento e responsabilidade, essenciais para a inserção cidadã, tanto na dimensão humana como nas dimensões sociais e produtivas, são a construção da identidade, a ação com autonomia e interdependência e a incorporação da diversidade. A educação, e não somente ela, está referida a este processo de construir capacidades. Ela tem o papel de transmitir a produção cultural da humanidade para uma contínua construção histórica, fundamentada no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sempre de forma intencional.

Esta compreensão de educação está intimamente ligada às formulações presentes nos trabalhos desenvolvidos pelos educadores do IBAMA:

[...] ao falar em educação, referimo-nos a processos os mais variados, enfatizando sua dimensão formal e não formal. Efetivamente, ela acontece em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no interrelacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola.

É uma Educação que toma o espaço da gestão ambiental como espaço pedagógico e procura concretizar na prática da gestão ambiental pública e, em particular, no licenciamento, a efetivação dos princípios que devem reger a Administração Pública brasileira segundo o art. 37 da Constituição Federal (QUINTAS et al., 2005, p. 3).

2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Nos quadros abaixo, serão descritos um sucinto contexto do atual processo de implementação do Projeto NEA-BC em cada uma das localidades de sua área de abrangência. A ideia é visualizar os pontos críticos do Projeto que aponta para a

 Consultoria		Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças para a Bacia de Campos. Uma iniciativa do NEA-BC e PETROBRAS/UO-RIO	Revisão 00 Jan/2011
--	---	--	------------------------

necessidade de um processo educacional, onde seja possível envolver novos atores na gestão dos processos comunitários locais.²

Projeto NEA-BC	
Município	Araruama
Localidade	Praia Seca
Objetivo do Projeto	Elevar os níveis de consciência cidadã da população de Praia Seca (Araruama-RJ), em especial dos jovens da Praça Escola Comandante Sérgio Ribeiro de Vasconcellos e comunidade do entorno, buscando fortalecer a organização e o exercício de controle social por parte dessa população.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • Desde o início de 2010 vinham sendo estabelecidos contatos com lideranças comunitárias da Associação de Moradores e Amigos de Praia Seca (SOAPRAS), visando implementar o Projeto NEA-BC na referida localidade em parceria com a citada associação; • Foi feita visita à sede da SOAPRAS por técnicos da Petrobras, Participar, da Equipe Gestora e da Diretoria da Associação NEA-BC, onde funcionará a base institucional do projeto local; • Buscou-se iniciar um diálogo com gestoras do Projeto Pólen em Araruama, mas a relação que algumas destas mantém com os AMs não favoreceu tal aproximação. Os AMs disponibilizaram cópia do projeto local para elas, mas esse processo não avançou para uma possível articulação entre os projetos; • Erasmo e Izabel (então agentes multiplicadores) se associaram à SOAPRAS e estavam motivados e dispostos a contribuir na implementação do projeto local; • Foi solicitada toda a documentação da SOAPRAS e de seu representante legal para estabelecimento de convênio desta com a associação NEA-BC (formalizar a parceria); • Foi realizada visita técnica para orientar na construção do plano de trabalho nas noites de 07 a 10 de junho de 2010. Neste período, dentre outras coisas, foi definida a realização de uma caminhada ecológica que tinha por objetivo envolver jovens da comunidade no projeto e criar um contexto para seleção de pessoas para compor o grupo gestor e participar do programa de formação; • Na mesma visita, o presidente da SOAPRAS se comprometeu a enviar toda a documentação da instituição para a celebração do convênio com o NEA-BC; • Em 07 de Agosto foi realizada nova visita na localidade, em reunião que aconteceu na sede da SOAPRAS, visando à retomada das atividades que estavam estacionadas desde Julho. Houve presença de poucos integrantes do GGL. Nesta reunião foi dito a respeito da caminhada ecológica que foi realizada no início de Julho, com 27 participantes. No entanto, as duas reuniões seguintes que estavam agendadas para realizar a devolutiva deste evento não ocorreram por conta da chuva e desmobilização de participantes no período de recesso escolar; • Ficou acordado que os AMs locais e Madruga fariam contato por telefone com as pessoas que participaram das reuniões anteriores para reafirmarem sua participação no Grupo Gestor Local; • No dia 09 de dezembro de 2010 foi realizada uma nova Visita Técnica, envolvendo equipe gestora, técnica da PETROBRAS/UO-RIO e da Participar. Com isso, foi retomado o trabalho na comunidade, interrompido pela deficiência na atuação dos agentes multiplicadores locais, e foi feita uma breve apresentação do Módulo Introdutório do programa de Formação; • Nessa mesma ocasião, foi montada uma agenda de trabalho entre a gestora da associação NEA-BC e o Grupo Gestor Local que tinha como principais atividades a realização de uma reunião para traçar estratégias de mobilização comunitária nas áreas do Dentinho, Pernambuco, Centro e Salinas; • Madruga – Pres. da SOAPRAS – comprometeu-se a agilizar o processo de registro do estatuto reformado e da Ata da Assembléia que elegeram e empossou a atual diretoria da SOAPRAS. Em seguida, disse que enviaria os documentos registrados para a Associação NEA-BC para que seja concluída a minuta do convênio entre as partes; • Dia 15 de dezembro de 2010, integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

² Salienta-se que o conteúdo dos referidos quadros foi atualizado no dia 04 de janeiro de 2011.

Projeto NEA-BC	
Município	Armação dos Búzios
Localidade	São José, Geribá, Praia Rasa, Vila Verde, Maria Joaquina e Cem Braças
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em São José (Armação dos Búzios-RJ), buscando estimular o exercício de controle social, principalmente através dos jovens.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • Existe espaço cedido pela escola Eulina Assis para o desenvolvimento das ações do projeto, que inclusive, recebeu visitas da Petrobras, Participar e Diretoria da Associação NEA-BC. No entanto, essa parceria precisava ainda ser formalizada; • Houve visita técnica nos dias 15 e 16 de maio de 2010, visando orientar o grupo gestor local para elaboração do plano de trabalho do projeto; • No período dessa Visita Técnica, por conta de mudanças no contexto local do período de elaboração do projeto para o momento de sua implementação, o grupo gestor definiu que não mais seria utilizada a horta comunitária como estratégia de mobilização. Isso seria feito a partir de encontros comunitários com exibição de vídeos/filmes seguidos de debates, entre outros atrativos que estejam mais ligados ao foco do projeto. Ficaram inclusive com a incumbência de elaborar uma justificativa para essa mudança, assim como analisar as necessidades de remanejamentos orçamentários a partir dessa adequação; • No mês de julho o GGL se reuniu apenas duas vezes optaram por retomar as atividades apenas no mês de Agosto; • Apenas 01 dos associados do NEA-BC continuam atuando efetivamente no projeto na localidade; • No mês de agosto de 2010 foi realizada uma reunião envolvendo a diretoria da associação NEA-BC, Petrobras e Secretaria de Educação que restabeleceu a parceria, havendo, por isso, cessão do espaço para abrigar os equipamentos do NÓ que já foram entregues; • Em setembro de 2010 foi realizada uma reunião envolvendo Participar, Petrobras, equipe gestora e grupo gestor local para retomada dos trabalhos e apresentação do Programa de Formação. Nesse momento havia poucas pessoas, sendo agendado um novo momento para tal ação; • Assim, em outubro de 2010 foi feita apresentação do Programa de Formação para o Grupo Gestor Local e outros jovens da comunidade, onde foram inscritas 36 pessoas da comunidade para participarem do Programa; • No dia 20 de novembro de 2010 foi realizado o Módulo Introdutório do Programa, envolvendo 15 pessoas da comunidade; • No dia 12 de dezembro de 2010 os participantes do Módulo Introdutório replicaram os aprendizados para outros 25 jovens da comunidade, envolvendo-os no Projeto Local; • No dia 15 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses; • O Grupo informou ainda que estão ocorrendo reuniões semanais do Grupo Gestor Local.

Projeto NEA-BC	
Município	Arraial do Cabo
Localidade	Figueira
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Figueira (Arraial do Cabo-RJ), buscando estimular o exercício da participação e do controle social, principalmente a partir dos jovens da localidade.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> As associadas do NEA-BC na localidade atuam de maneira voluntária, pois não tem carga horária disponível pela secretaria de educação. Salienta-se que ambas possuem cargo na diretoria do NEA-BC (Presidente e 1ª Secretária) e não residem em Figueira; Existe espaço cedido na sede do CRAS em Figueira para abrigar os equipamentos e para a realização de reuniões do projeto. Sendo estabelecida parceria entre as partes; O grupo gestor local está se reunindo com frequência (às quintas-feiras), sendo que há alguns conflitos de interesse entre pessoas do grupo; No mês de outubro de 2010 foi realizada uma apresentação do Programa de Formação para o Grupo Gestor Local, onde foram inscritas 36 pessoas para participarem do Programa; No dia 04 de dezembro de 2010 foi realizado o Módulo Introdutório do Programa que contou com a participação de 18 pessoas; No dia 16 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	Carapebus
Localidade	Fundão
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Fundão (Carapebus-RJ), buscando estimular a conscientização e o exercício da participação cidadã, no sentido de conquistar bens e serviços públicos de qualidade no local.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> Existe uma associada do NEA-BC em Carapebus, que estava contratada para atuar na Equipe Gestora. No período do diagnóstico ela ainda trabalhava na Secretaria Municipal de Educação, mas, percebendo as fragilidades das então agentes do NEA-BC no município, acabou assumindo o papel de AM visando à elaboração do Projeto e depois tornou-se associada. Salienta-se que a mesma não reside nem trabalha no Fundão; Depois da realização do diagnóstico, um agrupamento social proveniente da instalação de um assentamento rural passou a habitar o lugar e, segundo informações de Merielem, ocorreu um conflito na comunidade (família de moradores antigos X novo morador); Ressalta-se que desde a realização do diagnóstico não houve mais contato efetivo com a comunidade; No dia 19 de maio de 2010, Merielem assumiu o compromisso de voltar à comunidade e verificar se havia de fato contexto para se implementar um projeto dessa natureza no Fundão; No dia 14 de Julho foi realizada uma visita no assentamento para fazer a retomada das atividades na localidade. Neste dia foram visitadas as casas de 03 moradores locais e conversado a respeito de se realizar uma reunião no dia 27 de Julho para a apresentação do Projeto NEA-BC para a comunidade e possível estruturação de um grupo gestor local. No entanto, no dia 26/08, em reunião da Diretoria e Equipe Gestora realizada em Quissamã, decidiu-se cancelar a atividade, pois Merielem informou que não mais atuaria como AM em Carapebus; Além disso, a mesma afirmou que havia um contexto de insegurança no local e que ela considerava que havia risco de integridade física em trabalhos naquela área. Segundo informou Merielem, existe um histórico de violência no local, que envolve inclusive lideranças do assentamento que foi implantado no Fundão. Por conta de tudo isso, o processo foi interrompido para análise institucional; No dia 13 de Janeiro de 2011 foi realizada uma visita para retomar as ações na localidade, sendo que foi agendada uma nova visita para dia 20/01 para apresentar o Projeto NEA-BC e o Programa de Formação para um público maior.

Projeto NEA-BC	
Município	Cabo Frio
Localidade	Monte Alegre
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Monte Alegre (Cabo Frio – RJ), buscando estimular a conscientização e o exercício da participação e do controle social, no sentido de conquistar bens e serviços públicos de qualidade no local.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma associada do NEA-BC com carga horária disponível para o projeto em Cabo Frio. Esta inclusive faz parte do Conselho Fiscal da Associação; • Ocorreram diversas reuniões da AM com lideranças locais, visando discutir o projeto e avançar no sentido de sua implementação, inclusive buscando atrair mais moradores e parceiros para o Projeto local; • Houve visita de Petrobras, Participar e Diretoria da Associação NEA-BC para observação de três espaços na localidade para guarda dos equipamentos ou até mesmo servir de base institucional para o projeto local. Perante 2 lideranças locais e a AM, ficou definido que seria feito um convênio entre o NEA-BC e Associação de Moradores de Monte Alegre no intuito de formalizar a parceria, que incluía, por parte da Associação local, a disponibilização de espaço físico para funcionamento de uma base institucional do projeto local; • A partir disso foi solicitada toda a documentação da Associação de Moradores de Monte Alegre para a celebração de convênio. Todavia, constatou-se que a referida associação não existe legalmente. Diante disso, as lideranças locais e a AM solicitaram ajuda da Petrobras para legalização da Associação, visando à posterior celebração do convênio, o que foi negado por não fazer parte dos escopos contratuais envolvidos no Projeto; • Segundo a AM local a violência no local vem se agravando, com uma intensa disputa de facções do tráfico. A exposição ao risco e a necessidade de se ter articulação com o poder paralelo para desenvolver o projeto na localidade foram considerados críticos. Diante desse cenário, a companhia se reuniu com o IBAMA para tratar da questão e definir os próximos passos; • Conforme determinado na referida reunião, a Petrobras está concluindo a estratégia para mudança da localidade do projeto para o segundo distrito do Município, a ser enviada ao IBAMA.

Projeto NEA-BC	
Município	Macaé
Localidade	Virgem Santa
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Virgem Santa (Macaé – RJ), buscando estimular a conscientização e o exercício da participação e do controle social, no sentido de conquistar bens e serviços públicos de qualidade no local.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • Não há associado do NEA-BC atuando no projeto, embora exista uma associada do NEA-BC que mora em Macaé, mas alega não ter disponibilidade para atuar como gestora do projeto. Esta provocou um professor da Escola local (Fábio) a se envolver no processo e ele, com o apoio do presidente da Associação de Moradores da Virgem Santa (AMVISA), tem tentado assumir o papel que se espera de um agente multiplicador do NEA-BC. Contudo, ele por vezes ainda demonstra não compreender o foco do Projeto; • No início de 2010 (fev-março), André, como membro da Equipe Gestora, participou de reuniões na localidade. Segundo informações de integrantes do grupo local, o mesmo teria assumido compromissos (como mandar orientações por email, participar de outra reunião agendada com o grupo), que não foram cumpridos. Isso gerou certo descontentamento e descrédito no grupo, mas foi contornado na visita técnica realizada pela Participar durante as noites de 17 a 20 de maio; • Técnicos da Petrobras e da Participar visitaram o espaço da AMVISA. Seu presidente se comprometeu a colocar, até o final de maio de 2010, grades em uma das salas, visando aumentar a segurança para a guarda dos equipamentos. Seria celebrado convênio entre NEA-BC e AMVISA para formalizar a parceria, no entanto a Associação perdeu essa sede. O grupo local está buscando alternativas para guarda dos equipamentos (diálogo com a direção da Escola para guarda dos equipamentos na Sala de Informática e do espaço da Igreja); • Fábio, juntamente com 2 dirigentes da AMVISA, realizaram algumas reuniões com moradores e apresentaram o projeto, buscando verificar o interesse de participação e à formação de um grupo local de referência; • Mesmo assim, nas noites de 17 e 18 de maio (2 primeiras noites da visita técnica da Participar), foi necessário apresentar novamente o projeto e tirar diversas dúvidas de moradores. Nas noite de 19 e 20, a equipe conseguiu orientar o grupo local na elaboração do plano de trabalho do projeto, privilegiando o planejamento de atividades que pudessem ter maior visibilidade na comunidade. Pretendiam realizar evento de lançamento do projeto no final de junho; • Salienta-se que, além de adultos, há alguns poucos jovens envolvidos no grupo local e que as reuniões do grupo local foram pré-agendadas para as noites Sábado; • Foi realizada Visita Técnica em agosto de 2010 que representou a retomada dos trabalhos na comunidade, a partir da atuação efetiva da equipe gestora; • Assim, no dia 20 de outubro foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 22 pessoas da comunidade. Nesse momento, chegou-se a agendar a realização do Módulo Introdutório, mas, posteriormente, a comunidade optou por adiar essa atividade; • No dia 16 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	Quissamã
Localidade	Caxias/Ribeira
Objetivo do Projeto	Promover a organização comunitária e a participação da comunidade de Caxias-Ribeira (Quissamã-RJ) na gestão dos recursos ambientais e serviços públicos no Município.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • A guarda de equipamentos e documentos do projeto local, além de espaço para a realização de pequenas reuniões, está assegurada na própria sede do NEA-BC; • Havia duas agentes multiplicadoras com carga horária disponível para atuar no projeto, todavia, Fany, além de já ter renunciado ao cargo de Presidente do NEA-BC, deixou o projeto no final de maio de 2010; • As AMs afirmaram que não conseguiram mais contato com o grupo que participou do processo de elaboração do Projeto, mas disseram que fizeram reuniões em unidades escolares da localidade visando apresentar o projeto e mobilizar outras pessoas para participar do mesmo. Elas disseram que fariam mais uma reunião no dia 24 de maio fariam nova apresentação do Projeto e tentariam verificar quem de fato estaria interessado em participar do grupo de gestão do projeto e atuar na execução do mesmo, preparando inclusive a ambiência para a realização de uma visita técnica; • Salienta-se que a agente multiplicadora que permaneceu no projeto possui cargo de vice-presidente do NEA-BC, mas a mesma enfrenta extremas dificuldades para dar efetividade às ações do mesmo; • O Grupo Gestor local contava com representantes de 3(três) Organizações da Sociedade Civil, além de Vereadores mirins (Jovens capacitados pelo Poder Público para futuramente ocuparem cargos públicos). Mesmo envolvendo lideranças de efetiva atuação comunitária, o GGL oscila muito e ainda não se apropriou “de verdade” do projeto, de forma a construir propostas de ação que facilitem a construção do Plano Operacional; • Foram realizadas reuniões no mês de agosto, visando apresentar o Projeto e iniciar a construção do Plano Operacional; • Posteriormente, no dia 21 de outubro de 2010 foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 32 pessoas da comunidade para participarem do Módulo Introdutório; • No dia 17 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Campos e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses; • No dia 18 de dezembro foi realizado o Módulo Introdutório do Programa que contou com a participação de 27 pessoas

Projeto NEA-BC	
Município	Casimiro de Abreu
Localidade	Barra de São João
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Barra de São João (Casimiro de Abreu – RJ), buscando estimular a ampliação do grau de conscientização e o exercício da participação e de controle social, no sentido de valorizar os ativos ambientais e culturais locais e de conquistar bens e serviços públicos de qualidade para sua população.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • Não há associado do NEA-BC na localidade. Carla – integrante do GEMA e selecionada para atuar na equipe gestora do NEA-BC – vem assumindo o papel de mobilizadora local; • Existe um grupo local, composto de lideranças locais e jovens, que foi formado a partir do esforço de mobilização do GEMA junto às instituições locais e da participação dos interessados nas oficinas de diagnóstico e elaboração do projeto local; • O projeto local foi aprovado pelo órgão ambiental, condicionado ao detalhamento de algumas questões expressas em Parecer Técnico; • As lideranças locais sinalizaram que não existe espaços públicos ou até privados no município que possam ser cedidos (como contrapartida) para o projeto. Diante dessa situação e pensando na estruturação do NÓ, as lideranças incluíram o valor do aluguel de um espaço no orçamento do Projeto local; • Mesmo ainda sem a aprovação do IBAMA, o GGL se reunia todas as 2º e 4º quintas-feiras do mês, onde promoviam/participavam de grupo de estudo, para fortalecer os processos formativos do projeto NEA-BC. Mas a falta de um posicionamento sobre o início efetivo das ações do projeto desestimulou o Grupo Gestor Local que diminuiu a frequência de reuniões; • No dia 16 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	Saquarema
Localidade	Itaúna, Vila, Gravatá, Boqueirão
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária e elevar os níveis de consciência ambiental e política (direitos e deveres) da população local, principalmente jovens dos bairros Itaúna, Vila, Gravatá e Boqueirão (entorno da Barra Franca).
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> Há um associado do NEA-BC na localidade, mas que não vem cumprindo com sua função no Projeto. Ele foi desligado da equipe gestora; Ele reside na localidade, mas não está atuando; Foi realizada visita técnica da Participar no mês de janeiro, visando a construção de um plano de trabalho e fortalecimento do grupo de trabalho local; Nesse momento, percebeu-se que o grupo ainda não estava apropriado do projeto e não estava com tempo disponível para avançar na construção do Plano de Trabalho. Ficou definido que o grupo se encontraria em outros momentos posteriores para discutir o projeto e começar a discutir a sua implementação. Na reunião realizada nos dias 04 e 05 de março de 2010, o associado do NEA-BC colocou que ele mesmo orientaria o grupo no processo de elaboração do Plano de Trabalho; Entretanto, no início da noite de 10 de maio de 2010, ele informou que o grupo envolvido estava esfacelado por conta de conflitos internos e que ele estava tentando atrair, para os projetos Pólen e NEA-BC, as lideranças que participam do fórum da agenda 21 local. Ele ficou de apresentar os 2 projetos em reunião do Fórum na noite de 10 de maio de 2010, mas ainda não apresentou os resultados dessa articulação; Foi demandado do associado um relatório completo das atividades realizadas na localidade (incluindo a citada reunião que ele teria com o pessoal do Fórum da Agenda 21 Local) e uma descrição analítica do contexto do projeto em Saquarema (dificuldades verificadas, possibilidades existentes, etc.), além de sugestão de estratégia para efetivação do projeto NEA-BC na localidade. O que nunca foi cumprido; Durante o mês de Julho houve alguns encontros do GGL, mas que no entanto não contribuíram muito para o desenvolvimento das atividades. No dia 28 de Julho foi realizada uma reunião com alguns membros do GGL onde foi articulada uma parceria com a OAB Saquarema, para a realização de um evento de apresentação do Projeto na Comissão de Meio Ambiente da OAB Saquarema no dia 03 de Agosto. O processo foi retomado em 03 de agosto com reunião na sede da OAB, onde foi feita apresentação do projeto e no dia 09 do mesmo mês foi iniciada a discussão do plano operacional, sendo agendada reuniões para os dias 14, 21, 23 e 24 de agosto para avançar na elaboração do referido plano. Essas reuniões possibilitaram a reestruturação do GGL, com a participação de diversas instituições e lideranças locais; A partir desse momento, o projeto começou a ganhar outros contornos na localidade e algumas ações começaram a ser desenvolvidas. Foi estabelecida parceria com OAB seção local para a guarda dos equipamentos, restando apenas a formalização dessa parceria via celebração de um convênio entre esta e a associação NEA-BC; Em 18 de outubro de 2010 foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 27 pessoas da comunidade para participarem do Módulo Introdutório; No dia 21 de novembro foi realizado o Módulo Introdutório do Programa que contou com a participação de 18 pessoas; No dia 16 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	São João da Barra
Localidade	Praia do Açú
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Praia de Açú (São João da Barra – RJ), buscando estimular o exercício da participação cidadã e da mobilização social, principalmente a partir dos jovens da localidade, no sentido de conquistar bens e serviços públicos de qualidade no local.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> Há dois associados do NEA-BC atuando no projeto na localidade. Uma delas também atua como tesoureira da Associação NEA-BC; Há espaço físico disponível na escola local para viabilizar o projeto em Praia do Açú que, inclusive, já recebeu os equipamentos; São realizadas reuniões freqüentes entre o grupo gestor local; No dia 15 de outubro foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 43 pessoas da comunidade para participarem do Módulo Introdutório; No dia 12 de dezembro foi realizado o Módulo Introdutório do Programa que contou com a participação de 21 pessoas; Após a realização do Módulo Introdutório o GGL articulou-se para participar da reunião do conselho municipal de saúde, entretanto, a mesma não ocorreu; No dia 17 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Campos e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	São Francisco de Itabapoana
Localidade	Guaxindiba
Objetivo do Projeto	Promover a organização comunitária em Guaxindiba (São Francisco de Itabapoana – RJ), buscando, a partir dos jovens, estimular o exercício da mobilização e do controle social na gestão dos recursos ambientais e na conquista de bens e serviços públicos de qualidade no local.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> Há dois associados do NEA-BC atuando no projeto na localidade. Sendo que uma delas reside na localidade e também atua no Conselho Fiscal do NEA-BC; Há espaço físico disponível na escola local para guarda dos equipamentos, que já foi inclusive observado por técnicos da Participar e representante da Petrobras que, inclusive, já recebeu os equipamentos; Foi realizada visita técnica nos dias 08 e 09 de abril visando à construção do plano de trabalho. Entretanto, os agentes não conseguiram cumprir adequadamente sua função na garantia das condições prévias acordadas e os outros participantes envolvidos não estavam apropriados do projeto; Diante disso, o grupo definiu encaminhamentos visando aumentar o conhecimento sobre o projeto e também resgatar as pessoas/instituições que participaram da oficina de diagnóstico e elaboração de projetos em outubro de 2008, buscando também fazer com que eles se apropriem do projeto que ajudaram a elaborar; além de definir o período do retorno da equipe da Participar para conclusão do Plano de Trabalho (que posteriormente foi adiado novamente por conta de impedimentos locais); Depois de um longo período de paralisação das ações do projeto na localidade, houve a retomada dos diálogos a partir da atuação efetiva da equipe gestora que conseguiu mobilizar o grupo gestor local e envolvê-lo no projeto; Assim, no dia 14 de outubro foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 35 pessoas da comunidade para participarem do Módulo Introdutório; No dia 11 de dezembro foi realizado o Módulo Introdutório do Programa que contou com a participação de 19 pessoas; No dia 17 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Campos e, com



auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	Rio das Ostras
Localidade	Cantagalo
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária na região de Cantagalo (Rio das Ostras-RJ), buscando estimular o exercício da participação e do controle social no processo de planejamento e desenvolvimento local.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> Há uma associada do NEA-BC com CH disponibilizada e atuando no sentido de implementar o projeto na localidade; Há espaço físico disponível para guarda de equipamentos no Centro do Produtor Rural. Já houve visita da Diretoria e Petrobras, mas ainda está pendente a formalização dessa parceria; A agente realizou reuniões de mobilização com lideranças e moradores locais para apresentar o projeto e discutir as bases para sua implementação. O grupo local definiu que terão reunião nas noites de quinta-feira; No dia 14 de maio de 2010 foi realizada reunião entre Agente Multiplicadora, Petrobras e equipe Participar que culminou no seguinte encaminhamento: a agente local daria continuidade às reuniões com o grupo local, focando na construção do Plano de Trabalho do projeto e sinalizaria o momento mais adequado para a visita técnica da Participar, sendo que esta estaria mais focada na discussão sobre o Programa de Formação de Lideranças. Ao longo do mês de Julho, foram realizadas duas reuniões do GGL, uma no dia 05 de Julho e outra no dia 19 de Julho, onde foi decidido pelo GGL que as atividades do grupo seriam paralisadas ao longo das férias escolares, sendo retomadas em Agosto. No dia 09 de Agosto as atividades foram retomadas pela AM local, no entanto a reunião contou com a presença de apenas dois integrantes do GGL. Nesta oportunidade, ficou definido que a próxima reunião do grupo seria no dia 16 de Agosto, onde seria efetivado prévio contato por telefone com os integrantes do GGL para que estes estivessem presentes na reunião e o Plano Operacional efetivamente pudesse ser retomado do ponto onde foi interrompido em Julho. Integrantes do NEA-BC participaram do vídeo-diagnóstico sobre a zona rural de Rio das Ostras (assentamentos de Mar do Norte e Cantagalo), produto das atividades do Plano de Ação Coletiva - o PACO do PEA-BC. No dia 18 de novembro foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 30 pessoas da comunidade para participarem do Módulo Introdutório. Entretanto, mesmo tendo definido a data de realização dessa atividade, o Grupo gestor local optou por adiá-la, alegando dificuldade de mobilização; No dia 15 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Armação dos Búzios e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Projeto NEA-BC	
Município	Campos dos Goytacazes
Localidade	Farol de São Thomé
Objetivo do Projeto	Fortalecer a organização comunitária em Farol de São Thomé (Campos dos Goytacazes – RJ), buscando estimular o exercício da participação cidadã e da mobilização social, principalmente a partir dos jovens da localidade, no sentido de contribuir para o desenvolvimento local e conquistar bens e serviços públicos de qualidade no Farol.
Resumo da Situação	<ul style="list-style-type: none"> • Desde o período do diagnóstico e elaboração do projeto local, não houve contatos das AMs com as lideranças comunitárias que participaram do processo; • Diante das dificuldades das agentes multiplicadoras do NEA-BC em Campos dos Goytacazes, que não moravam nem trabalhavam no Farol de São Thomé, e da instabilidade política no Município, em dezembro de 2009 definiu-se uma estratégia de buscar uma parceria com a Colônia dos Pescadores para a implementação do Projeto local; • No entanto, agentes multiplicadoras não cumpriram o acordado e, decidiram deixar o projeto por questões particulares; • Em junho, após retomada de contato com a Colônia de Pescadores z-19 feita pela Gestora Carla, foi possível um novo processo de mobilização comunitária que priorizou convidar as lideranças antes envolvidas no processo, mas também abriu à participação de outras lideranças. Isso resultou na formação de um novo Grupo Gestor Local, composto por lideranças de 7 Organizações da Sociedade Civil diferentes, além de 2 representantes ligados a escola. A participação permaneceu estável e o grupo vem avançando no cumprimento das etapas do Projeto; • No dia 16 de outubro foi feita apresentação do Programa de Formação na localidade, onde foram inscritas 35 pessoas da comunidade para participarem do Módulo Introdutório; • No dia 05 de dezembro foi realizado o Módulo Introdutório do Programa que contou com a participação de 24 pessoas; • No dia 17 de dezembro integrantes do Grupo Gestor Local reuniram-se em Campos e, com auxílio da equipe técnica (Participar, PETROBRAS e Equipe Gestora) elaboraram o Plano de Trabalho do Projeto Local, à luz das suas novas necessidades para o período de 12 meses.

Diante desse contexto geral do processo de implementação dos projetos locais, sumariamente descrito nos quadros acima, pode-se concluir que há, entre diversas dificuldades encontradas, um problema central que precisará ser enfrentado no intuito de fortalecer a organização comunitária para o exercício da cidadania (foco do NEA-BC). Percebe-se, na verdade, uma lacuna no exercício de liderança dos processos locais, déficit de comprometimento de muitos dos atores envolvidos e uma enorme e premente demanda formativa para condução dos processos do NEA-BC em cada localidade, entre outros fatores correlatos.

O contexto encontrado e a aceitação de um modelo contra hegemônico (Educação Ambiental proposta pelos educadores do IBAMA) são processos de interação, conflituosos por natureza que têm se constituído numa das inquietações do atual estágio do Projeto NEA-BC. Estamos diante da necessidade de fortalecimento dos sujeitos (Grupo Gestor

 Consultoria		Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças para a Bacia de Campos. Uma iniciativa do NEA-BC e PETROBRAS/UO-RIO	Revisão 00 Jan/2011
--	---	--	-------------------------------

Local), uma vez que os processos vividos apontam para a emergência de uma organização comunitária nas localidades onde foram constituídos os NÓS do Projeto que responda de forma mais efetiva às demandas do processo de Licenciamento Ambiental.

Em termos mais práticos, é importante ressaltar que, apesar do crescente consenso acerca da necessidade de fortalecer grupos sociais, não existe necessariamente concordância substancial sobre o conceito para designar este movimento e menos ainda sobre o porquê de fazê-lo. Uma variedade de termos é usada: desenvolvimento organizacional, "capacity building" (literalmente, o desenvolvimento das capacidades de uma organização), desenvolvimento institucional, fortalecimento institucional etc. Apesar da grande variedade de conceitos em voga, pode-se identificar dois enfoques básicos, a eles subjacentes:

1. o enfoque gerencial, que tende a privilegiar os desafios da gestão e das condições de eficácia e eficiência de organizações específicas, preocupando-se com a sua "profissionalização", por intermédio de: planejamento estratégico, elaboração de projetos, sistema de monitoramento e avaliação com base em indicadores, captação de recursos, comunicação e *marketing*, gestão administrativo-financeira, capacitação técnica dos recursos humanos etc.;
2. o enfoque sistêmico, que também integra a dimensão gerencial, mas de forma articulada à dimensão sociopolítica da organização, isto é, sua base social e legitimidade, sua transparência e credibilidade (*accountability*), sua rede de interlocução e ação conjunta com organizações da sociedade civil e com o Estado, sua autonomia e sua capacidade de oferecer serviços de qualidade e de promover processos de mudança social.

O nosso processo de formação de sujeitos será fundamentado no enfoque sistêmico, uma vez que estamos falando de processos capazes de tornar uma organização social apta a: a) articular as dimensões social, política, econômica e local nas fases de implantação e gestão da mitigação socioambiental; b) intervir no campo social de múltiplas organizações e

atores, envolvendo complexos problemas interinstitucionais e de formação de redes; c) atuar de maneira adaptativa e flexível, considerando o contexto de alta complexidade, turbulência e imprevisibilidade; e d) efetivar parcerias na busca da descentralização e participação social como instrumentos de sustentação dos projetos.

3. OBJETIVOS

O Desenvolvimento de Lideranças aqui proposto leva em consideração a necessidade de uma participação qualificada em todo o processo de gestão dos recursos ambientais. Assim, apresenta um processo de trabalho capaz de: a) despertar o espírito analítico e crítico para a compreensão do contexto maior, onde se processam as mudanças e se executam as políticas de desenvolvimento socioambiental e b) estimular o comportamento cooperativo e criativo na busca de soluções. Nesse sentido, o objetivo desta proposta é contribuir para a melhoria do desempenho do Projeto NEA-BC, enfatizando a sustentabilidade das ações locais de mitigação e formulações coletivas para os problemas regionais identificados na etapa dos diagnósticos.

Quanto aos seus objetivos específicos, pretende-se:

- Sensibilizar os participantes para a dimensão ética do desenvolvimento socioambiental enquanto responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil;
- Resgatar/Construir uma visão compartilhada dos problemas sociais, que permita captar suas interrelações com o processo de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, suas atuais características e tendências;
- Capacitar pessoas para a aplicação de métodos e técnicas gerenciais adaptáveis às especificidades da gestão comunitária, que propiciem maiores níveis de eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade das intervenções de mitigação dos impactos ambientais;

- Desenvolver competências para a gestão de projetos, organizações e de sistemas interativos (conselhos, fóruns, redes etc.);
- Estimular a participação em espaços públicos de formulação e controle de políticas públicas;
- Aprimorar a atuação social das lideranças locais, mediante o desenvolvimento de competências e habilidades nas dimensões das relações humanas, técnica e política;
- Ampliar a capacidade de análise crítica de problemas sociais em vários níveis, em especial atenção aos aspectos socioambientais.

OBJETIVO	INDICADOR	RESULTADO
<p>Sensibilizar os participantes para a dimensão ética do desenvolvimento socioambiental enquanto responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil.</p> <p>Resgatar/Construir uma visão compartilhada dos problemas sociais que permita captar suas inter-relações com o processo de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, suas atuais características e tendências.</p>	<p>Número de participantes nos processos formativos (baixa participação até 10 pessoas; média até 15 pessoas; alta até 30 pessoas por localidade);</p> <p>Perfil dos participantes dos processos formativos (diversidade: gênero, geração, urbano, rural);</p> <p>Diversidade institucional (associações, grêmios, cooperativas, colônias, organizações de classe, religiosos) presente nos processos formativos;</p> <p>Número de acordos/reivindicações qualificadas realizadas pelos Grupos Gestores dos NÓS do NEA-BC junto aos órgãos do Estado e da Sociedade Civil, incluindo a Indústria do Petróleo (considerando o contexto dessas localidades, a existência de pelo menos 01 ação por localidade relacionada à reivindicação de direitos destes grupos é um indicador de sucesso).</p>	<p>Lideranças Formadas e atuando eticamente em torno dos objetivos do Projeto NEA-BC.</p>
<p>Desenvolver competências para a gestão de organizações e de sistemas interativos (conselhos, fóruns, redes, etc.);</p> <p>Estimular a participação em espaços públicos de formulação e controle de políticas públicas;</p> <p>Aprimorar a atuação social das lideranças locais mediante o desenvolvimento de competências e habilidades nas dimensões das relações humanas, técnica e política;</p> <p>Ampliar a capacidade de análise crítica de problemas sociais em vários níveis em especial atenção aos aspectos socioambientais.</p>	<p>Número de participantes do Programa de Formação atuando como associados à Associação NEA-BC e com participação nos espaços interativos (01 participante por localidade como associado representando o NEA-BC em algum espaço interativo);</p> <p>Número de Lideranças qualificadas para a gestão de sistemas interativos (5% dos egressos do Programa ocupando espaços na diretoria desses espaços);</p> <p>Número de Lideranças qualificadas para a gestão de organizações de caráter regional (egressos do Programa ocupando espaços na diretoria da Associação NEA-BC);</p> <p>Número de parcerias criadas entre Estado e Sociedade, indústria do petróleo (convênios, contratos, termos de parcerias firmadas pela Associação NEA-BC. 01 até seis meses; 02 ou mais até o término do Programa de Formação).</p>	<p>Grupo Gestor Local do NEA-BC e Organizações da Sociedade Civil Local exercendo Participação Política Cidadã</p>
<p>Capacitar os grupos gestores locais para a aplicação de métodos e técnicas gerenciais adaptáveis às especificidades da gestão comunitária que propiciem maiores níveis de eficiência, eficácia, equidade e sustentabilidade das intervenções de mitigação.</p>	<p>13 Processos de atualização dos Diagnósticos e Projetos de Intervenção dos NÓS;</p> <p>Instrumentos de capacitação ligados ao campo da gestão implementados (01 Oficina em Elaboração e Gestão do Ciclo de Projetos).</p>	<p>Projetos de Intervenção criados a partir da ambiência construída;</p> <p>Grupos Gestores dos NÓS protagonizando de forma profissional a gestão dos projetos</p>

4. METODOLOGIA

O programa se propõe a atender um conjunto de necessidades levantadas no processo de implementação do Projeto de Educação Ambiental da Petrobras/UO/RIO, desde o diagnóstico até à mobilização comunitária. Para atender a esta demanda temos como proposição uma metodologia inovadora, que para além do padrão normal de aulas expositivas propicie a realização de uma série de atividades formativas, capazes de estimular a reflexão e reformulação de modelos e conceitos.

A abordagem metodológica trabalhará instrumentos que possibilitem aproximar os principais conteúdos do Programa à realidade dos participantes. Este processo dar-se-á, inicialmente, a partir da compreensão que o grupo traz (senso comum) sobre os temas que serão trabalhados (Estado, Políticas Públicas, Desenvolvimento, Direito e Cidadania, Ética e Política, Educação Ambiental: Licenciamento Ambiental, *Royalties* e participações especiais da produção de petróleo e gás). Em seguida, haverá um processo de confrontação do senso comum com o significado formal dos temas, por meio de consulta ao dicionário. Este processo será enriquecido a partir de uma análise do referencial teórico ou legal sobre cada tema acima mencionado. Por fim, o grupo será estimulado a construir seus próprios referenciais a partir da análise crítica do senso comum, da definição formal (dicionário) e do estado da arte dos temas.

Durante os processos formativos serão utilizadas técnicas pedagógicas adequadas ao público, com particular atenção para a questão da linguagem e da comunicação. Os momentos de exposição de conceitos serão realizados de forma dialogada, abrindo sempre espaço para o debate. Também serão utilizadas técnicas de visualização móvel, trabalhos dirigidos em pequenos grupos, exibição de vídeos, jogos de simulação, caminhadas transversais focadas em aspectos relacionados aos temas a serem trabalhados, adaptação do *World Café*, *Talk Show*, entre outros instrumentos.

A **visualização móvel**, segundo Brose (1992) e Cordioli (2001), corresponde ao conjunto de procedimentos utilizados para registrar visualmente e de forma contínua os produtos dos debates de um grupo. As técnicas de visualização facilitam a participação ativa dos envolvidos em um trabalho em grupo, pois todos atuam na visualização das contribuições. Isso tende a aumentar a qualidade da comunicação e a fortalecer o efeito da aprendizagem, devido ao fato dessas técnicas possibilitarem a utilização de outros canais de percepção (além da audição) e facilitar a concentração e a memorização. Além disso, tais técnicas favorecem o aumento da integração grupal, pois torna transparente o processo de trabalho.

Ao longo dos Módulos a técnica será usada para, a partir de perguntas orientadoras como: O que você entende por...? Quando você escuta a palavra..., a que você associa?, estimular reflexão individual sobre um determinado tema. Posteriormente, as ideias coletadas serão fixadas em painéis e discutidas com o grupo. A técnica também possibilitará o registro das conclusões e de novas perguntas geradas a partir das contribuições do grupo.

A técnica de se trabalhar em **pequenos grupos**, em alguns momentos dos módulos, deve-se ao fato de as pessoas se sentirem mais à vontade e estimuladas a contribuir na discussão, o que resultará em uma maior participação, principalmente dos mais tímidos, que, em plenária, não o fariam. Haverá também a **exibição de vídeos e/ou fragmentos de filmes** e a realização de debates, visando contribuir para a construção crítica do grupo em relação aos temas elencados.

Os **jogos de simulação** buscarão associar fatos do cotidiano dos participantes aos temas dos módulos. Através dessa técnica buscar-se-á visualizar tipos de comportamento que serão adotados pelos participantes frente a questões que envolvam exercício da cidadania, comportamento ético, controle social, etc.

A **Caminhada Transversal** nada mais é do que uma caminhada pela comunidade para observar os ecossistemas, tipo de solo, relevo, recursos naturais existentes, culturas, criações, recursos hídricos, condições de infra-estrutura, problemas, etc. Esta caminhada é importante fonte de observação da realidade objetiva; os próprios participantes têm a

oportunidade de se depararem com lugares e mudanças antes desconhecidos. No nosso caso, a caminhada será focada na observação da presença dos temas que serão abordados nos módulos. Por exemplo, parte do grupo focará sua análise na presença material do Estado ou de uma Política Pública, bem como de espaços onde são exercitados a sua formulação e controle.

Quando a proposta demandar construir conhecimento por meio da participação de especialista em torno de um determinado tema será utilizado o formato de entrevista aberta (uma espécie de *talk show* televisivo).

O formato de uma entrevista aberta representa a escolha por um caminho informal em direção ao diálogo e à construção coletiva de conhecimentos. **O *talk show* pode ser** dividido em dois momentos distintos; num primeiro instante, os especialistas discorreram sobre uma determinada temática traçando um panorama geral; no segundo, ao fim da entrevista aberta, durante alguns minutos os participantes, os quais já familiarizado no tema, realizam questionamentos (interagem) com os painelistas.

Uma outro instrumento metodológico que poderá ser utilizado é a adaptação dos chamados ***world cafés***, modalidade que pretende reproduzir a informalidade e o encontro ao redor da tradicional mesa de café para construir conversas importantes.

Esta metodologia caracteriza-se por: criar um espaço agradável aos participantes, deixando todos a vontade, se diferenciando dos ambientes frios e impessoais criados normalmente; por explorar perguntas que interessam a todos os participantes, o que permite emergir o conhecimento por meio de diversos círculos de conversação. Pois a pergunta realizada deve ser capaz de provocar o pensar, gerar energia, abrir novas possibilidades de pensar e convidar a uma reflexão mais profunda; por incentivar todos os participantes contribuir à conversação, o que fica mais fácil em um grupo menor, onde cada participante representa um aspecto da diversidade do sistema inteiro; conectar as perspectivas dos diversos atores, permitindo o cruzamento de ideias diferentes e o compartilhar de descobertas coletivas.

Agregado a tudo isto serão aplicados instrumentos pedagógicos específicos para as atividades de desdobramento dos processos formativos presenciais. Como por exemplo:

- **Atividades à Distância**, tais como: sugestão de leituras; colaborações de aprendizagem e de projetos de pesquisa e ensino a distância por via eletrônica (internet, vídeo-conferência, palestras e **seminários** virtuais, utilização de ferramentas como o skype, “blackboard” eletrônico, i-Tunes Universidade, entre outros exemplos.); entre outros estímulos e recursos para auto-aprendizagem e pesquisa auto-dirigida.
- **Painéis**: palestras e debates abertos ao público³.
- **Observação Participante**, a exemplo: visitas de estudos locais, regionais, e (em algumas instâncias) nacionais; rodas de diálogos inter-geracional; e participação em conferências.
- **Aprender Convivendo**: oportunidades de intercâmbio de experiência e ideias entre uma liderança mais experiente e o participante, que conviverão durante um período no local de atuação da liderança. A liderança ou o profissional será escolhido pelo participante juntamente com os orientadores do programa, essas oportunidades serão proporcionadas entre os três setores (Organizações da Sociedade Civil; Organizações Públicas e Privadas).
- **Projeto de Intervenção**: a construção ao longo do processo deverá obedecer aos princípios da Educação no processo de Gestão Ambiental, dialogar com a problemática resultante dos efeitos da cadeia produtiva do Petróleo e Gás.

Pensando em favorecer o bom andamento dos instrumentos pedagógicos dos processos formativos nas Atividades Extra Módulos e Seminários e em estreitar vínculos, o processo de ensino/aprendizagem será conduzido de maneira contínua e sistematizada. Nesse sentido, o intuito é estimular os participantes do Programa a praticarem alguma atividade

³ Visa alcançar um público maior que os 35 de cada uma das localidades e os 30 da estratégia regional. Assim, alguns seminários, palestras, painéis e a rodas de diálogos serão realizados em diferentes localidades.

que os una enquanto comunidade e, ao mesmo tempo, que os una em torno do projeto do NÓ.

Os participantes do Programa deverão definir o que esteja mais adequado à sua realidade e, conseqüentemente, o que deverá ser elaborado. Porém, para que tenham um arcabouço de idéias, os conteúdos que serão trabalhados nos módulos e seminários apontarão caminhos relacionados aos pressupostos da Educação no Processo de Gestão Ambiental. Nessa perspectiva, cabe ressaltar casos de elaboração de informativos ou de produção de vídeos, fotos, dentre outros, como registro da experiência vivida.

Como forma de socializar as experiências de cada localidade será criada uma plataforma interativa onde serão postadas as informações oriundas desse processo. Dessa maneira, cada localidade poderá ter um espaço específico e elaborar uma matéria ou notícia relacionada a temas de educação crítica e ambiental. Numa atividade como esta o ponto central é que as pessoas teriam que se comunicar permanentemente (seja para discutir o conteúdo do que é postado, seja para trocarem experiências ou tirarem dúvidas). Além de proporcionar um intercâmbio do saber, as pessoas tendem a desenvolver um sentimento de pertença (à comunidade/ao projeto) e um sentimento de identificação. Além do orgulho de ver um trabalho seu ganhar uma amplitude um pouco maior.

Vale ressaltar que o mais importante será que a comunidade encontre algo que ofereça um potencial educativo e contribua para a construção da cidadania; enfim, que privilegie a participação e a organização comunitária (princípio que norteia o projeto do NEA-BC).

A equipe pedagógica do programa será responsável pela elaboração e execução de todo o conteúdo do programa; a seleção dos docentes, palestrantes e facilitadores (as) de diálogos. Seu corpo docente será formado a partir da seleção de profissionais e lideranças orgânicas e empreendedores (as) com experiência na área acadêmica e/ou social e capacidade para ministrar os conteúdos de forma inovadora. O Programa terá igualmente um quadro funcional, necessário a seu funcionamento regular, aonde contará também com os

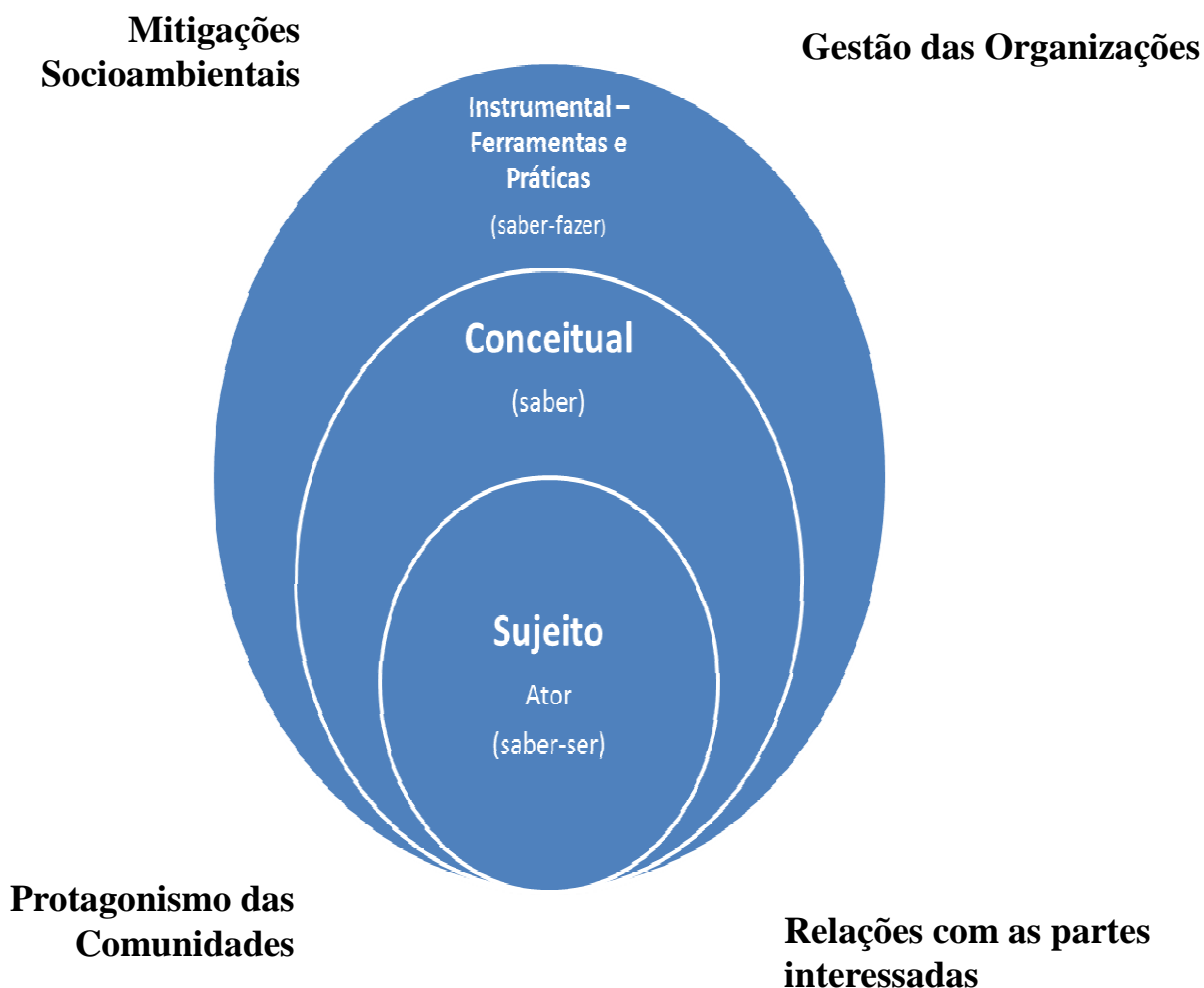
associados e a equipe gestora da Associação NEA-BC que atuará como tutora durante todo o processo formativo.

Associadas às estratégias expostas acima, serão também adotados alguns referenciais do Programa de Liderança e Desenvolvimento Social para a América Latina e Caribe – PLDS, desenvolvido pela *W.K. Kellogg Foundation*⁴, em uma iniciativa de desenvolvimento local na sua programação para a América Latina, tendo a Educação no Processo de Gestão Ambiental como eixo de ação que define conteúdos. Do ponto de vista pedagógico, parte-se do entendimento que o processo de aprendizagem é interno, pessoal, mas, ao mesmo tempo, verifica-se que a aprendizagem não é um ato solitário: parte da interrelação (interação, troca, reciprocidade) com os saberes e os sentidos de outras pessoas. Desta forma, a ideia é utilizar uma combinação de técnicas e instrumentos que provoquem aprendizagens contextualizadas com a problemática local. Considera-se que, para essa ação, será necessário contemplar as seguintes dimensões:

- *O SUJEITO*: Nesta dimensão está incluído o trabalho sobre o autoconhecimento de cada participante, seus pontos fortes e fracos, sua história de escolhas e o desenvolvimento do seu projeto institucional.
- *O CONCEITUAL*: O traçado do Programa nesta dimensão será dado pelo trabalho, pelos debates, pelas leituras e intercâmbio sobre os principais temas, Juventude, Pobreza, Políticas Públicas, Educação no Processo de Gestão Ambiental, Direito e Cidadania, Estado e Sociedade, Desenvolvimento Sustentável, Fatores Econômicos, Políticos, Culturais etc., ou seja, tudo aquilo que permita conhecer, compreender e construir novos sentidos.
- *O INSTRUMENTAL*: Aqui se incluem os instrumentos e ferramentas necessários para a efetiva gestão de equipes, projetos, organizações, alianças, através de metodologias de planejamento, negociação, comunicação, avaliação e gerenciamento.

⁴ Para mais informação sobre a instituição, ver <www.wkkf.org>. Vale ressaltar que o responsável pela presente formulação é também consultor da *W.K. Kellogg Foundation*.

A partir dessas características, podemos dizer que os processos formativos se ocuparão do *saber* (conceitual, de valores, sentido), o *saber “ser”* (de cada sujeito que integra o grupo, como alguém diferente) e o *saber fazer* (através dos instrumentos para maximizar a eficácia da gestão) dos participantes.



O processo integrado de aprendizagem ocorrerá por meio da combinação de instrumentos específicos, articulando, simultaneamente, em duas estratégias de ação, conforme ilustração abaixo:



A metodologia também prevê a instrumentalização dos participantes para a elaboração de um projeto de intervenção para que este, posteriormente, possa ser executado como desdobramento do processo de criação da ambiência criada nas localidades.

4.1 Estratégia Local

A iniciativa envolverá temáticas alinhadas às questões identificadas nos diagnósticos participativos e as pessoas moradoras dos municípios localizados nas áreas de influência dos empreendimentos da UO-RIO. O Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças terá, em sua fase de instalação, a tarefa de facilitar a implementação de ações educativas no nível local. Abaixo se encontra a tabela de expectativas de processos formativos locais, levantadas durante os diagnósticos.

Expectativas de Processos Formativos Locais

MUNICÍPIOS	EXPECTATIVAS
Araruama	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos: a) à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos; b) ao áudio-visual, música e elaboração, produção e veiculação de programas/ <i>spots</i> da rádio Costa do Sol AM 560.
Armação dos Búzios	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos: a) à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos; b) aos temas específicos ligados à agricultura de subsistência (através de horta comunitária).
Arraial do Cabo	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos: a) à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos; b) à elaboração, produção e veiculação de programas/ <i>spots</i> de rádio, entre outros aspectos relacionados ao instrumental de outras mídias (como cartilha educativa).

Carapebus	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, incluindo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, diversidade (etnia e gênero), direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos.
Cabo Frio	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos.
Campos dos Goytacazes	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos, além de conteúdos específicos referentes a técnicas agrícolas, diagnóstico ambiental etc.
Macaé	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos.
Quissamã	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos.
São Francisco de Itabapoana	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos.
São João da Barra	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos, de modo a formar agentes ambientais com visão crítica da realidade.
Squarema	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos: a) à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos; b) à produção de vídeos (cinema), entre outros aspectos relacionados ao instrumental de mídias diversas.
Rio das Ostras	Elaborar um programa de formação continuada de lideranças, sobretudo jovens, contemplando, de forma integrada, conteúdos relativos à cidadania, direito e gestão ambiental (inclusive licenciamento), associativismo, mobilização social, gestão pública, políticas públicas, conselhos, <i>royalties</i> , orçamento público, entre outros temas correlatos.

Casimiro de Abreu

Elaborar um programa de formação continuada de lideranças jovens (de caráter não-formal), visando despertar a consciência ambiental e política dessa população, utilizando estratégias dinâmicas (meios) de facilitação do processo de ensino-aprendizagem, tais como música, teatro, vídeos, debates, contação de histórias etc., e abordagens temáticas relativas à problemática ambiental (local – global), direito e cidadania, democracia e voto consciente, orçamento público, conselhos gestores, ética, *royalties*, legislação ambiental (inclusive licenciamento), políticas públicas, entre outros temas correlatos.

Vale ressaltar que, para a proposta de iniciativa de formação local, foram considerados os temas de maior relevância para o foco do Projeto NEA-BC: Organização Comunitária. Esta intervenção será baseada em um Programa de Formação Política, construído pela Fundação Konrad Adenauer⁵, em sua programação para o Nordeste do Brasil. Assim, os processos locais obedecerão ao seguinte esquema:

4.1.1 Perfil do Público

Membros do Grupo Gestor Local (GGL - constituído pelos Associados do NEA-BC lideranças locais e jovens) e comunitários (adultos e jovens moradores das localidades), identificados no início da implementação dos projetos locais, desde diagnóstico à mobilização comunitária. Seu quantitativo irá variar de acordo com cada localidade, mas terá seu número limite em 35 participantes. Este grupo terá um perfil plural, multidisciplinar e geracional. Envolverá pessoas de diferentes campos de ação comunitária: saúde, educação, poder público, representantes de organizações da sociedade civil, jovens, adultos, pessoas do meio rural e urbano, comunidades tradicionais, etc. Onde houver uma demanda maior que a oferta de vagas será estabelecido como critério de escolha a definição de um quantitativo mínimo por origem/campo de atuação. Os membros de cada origem/campo de atuação deverão decidir, em pequenos grupos, seus representantes no processo formativo. Vale ressaltar que haverá momentos onde os processos de formação local envolverão um número maior de participantes (atividades de

⁵ Para mais informação sobre a instituição, ver <www.adenauer.org.br>.

grande repercussão promovida pelo Grupo Gestor Local como: palestras, Eventos de Mobilização, Grandes Encontros, Etc.).

4.1.2 Carga Horária

O Processo Formativo Local será realizado em seis módulos, com tempo estimado de 08h para cada módulo de aulas teórico-presenciais, além de 12h de trabalho de campo distribuídas ao longo dos módulos, totalizando uma carga horária de 60h.

4.1.3 Proposta de Temáticas:

MÓDULO INTRODUTÓRIO: Que se ocupe em construir uma linha de base sobre a apropriação dos participantes em relação aos principais temas do Programa.

I MÓDULO – Estado e Planejamento no Brasil: modelos de desenvolvimento experimentados ao longo da história.

II MÓDULO – Políticas Públicas: o que são, qual a sua importância na vida da população e como vincular ao desenvolvimento sustentável.



III MÓDULO – Ética na política: Ética na política como estratégia de se garantir transparência, controle social e lideranças políticas comprometidas com a sociedade.

IV MÓDULO – Educação Ambiental: Licenciamento Ambiental, *Royalties* e participações especiais da produção de petróleo e gás.

V MÓDULO – Direitos Humanos, Cidadania e *Status*: evolução dos direitos civis, políticos e sociais ao longo da história; concepções de Cidadania; compreensão da cidadania ativa, participativa e democrática.

VI MÓDULO – Avaliação do processo e desdobramentos da continuidade.

Tendo em vista a necessidade de atualização dos diagnósticos locais e elaboração de um projeto de intervenção a partir da ambiência criada serão desenvolvidas **oficinas de gestão focadas em processos de elaboração e gestão do ciclo de projetos**, onde será abordada a

 Consultoria		Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças para a Bacia de Campos. Uma iniciativa do NEA-BC e PETROBRAS/UO-RIO	Revisão 00 Jan/2011
--	---	--	-------------------------------

temática do planejamento (Diagnóstico e Visão de Futuro) na ação socioambiental e sua repercussão no planejamento estratégico institucional (NÓS do NEA-BC) e na elaboração de projetos de intervenção no campo socioambiental. Estas oficinas terão 03 dias de 8h cada e ocorrerão de acordo com o amadurecimento de cada um dos NÓS (ambiência) em relação à incorporação dos princípios da Educação Ambiental crítica e transformadora. Contudo, estamos estimando que este processo ocorra em todas as localidades no último trimestre de 2011.

Neste nível, os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, na sua categoria de atores sociais integrantes dos Grupos Gestores dos NÓS, com a facilitação da equipe técnica (Petrobras e Consultoria), trabalharão questões que lhes são específicas, contextualizando os conteúdos de acordo com a realidade local, identificada no processo do diagnóstico participativo.

Quando, por exemplo, forem trabalhados os conteúdos do Módulo *Estado e Planejamento no Brasil: modelos de desenvolvimento experimentados ao longo da história* serão abordados fatos marcantes existentes na Bacia de Campos associados a modelos de desenvolvimento experimentados no Brasil. De igual forma o *Modulo Políticas Públicas: o que são, qual a sua importância na vida da população e como vincular ao desenvolvimento sustentável*, partirá do âmbito geral para discutir uma política pública específica do município onde estiver acontecendo a formação, enfatizando como a Política em questão age na vida das pessoas. (Exemplo: Programa Saúde da Família, discutir como nasceu e seus desdobramentos). Um outro exemplo é a aplicação do Módulo *Educação Ambiental: Licenciamento Ambiental, Royalties e participações especiais da produção de petróleo e gás*. Neste caso, em localidades onde há presença de instalações industriais pertencentes à cadeia do petróleo e gás (Macaé, Rio das Ostras, Quissamã etc.) haverá a problematização dos efeitos destes empreendimentos com os conteúdos programáticos do referido módulo.

Visando aproximar o máximo possível os conteúdos teóricos à realidade de cada localidade, salienta-se que a equipe pedagógica realizará pesquisas complementares aos

diagnósticos serão realizadas para definir as questões mais relevantes de cada localidade para que sejam utilizadas como estudo de caso no processo de aprendizagem.

4.1.4 Questões a Serem Enfrentadas

A construção do Programa, por meio de visitas em cada uma das localidades, evidenciou a necessidade de um processo de **nivelamento conceitual sobre os principais conteúdos e abordagens que serão trabalhadas ao longo do Programa**. Os principais aspectos observados foram:

- Heterogeneidade encontrada nos grupos locais e a importância de se criar um sentimento de grupo para facilitar todo o processo de aprendizagem no Programa;
- Complexidade dos temas a serem trabalhados diante do perfil dos grupos formados;
- Pouca vivência prática e escolar dos grupos locais;
- Diferentes histórias de aprendizagens e apropriação culturais que geram significados sociais diferenciados;
- Discutir temas como Estado, Política, Cidadania, entre outros, sem haver um nivelamento conceitual entre os participantes poderia prejudicar o andamento do Programa e dificultar o aprendizado de muitos dos participantes, uma vez que tais temas estão aparentemente muito distantes da realidade da maioria das pessoas que participarão do Programa e, em muitos casos, são entendidos como enfadonhos ou desconectados de sua realidade.

Diante do conhecimento das questões a serem enfrentadas, idealizou-se **um Módulo Introdutório** que se ocupe em construir uma linha de base sobre a apropriação dos participantes em relação aos principais temas do Programa. Entendemos que após esse nivelamento conceitual os comunitários envolvidos estarão mais qualificados e, conseqüentemente, preparados para participarem dos demais módulos e se apropriarem mais efetivamente dos conteúdos que serão trabalhados no Programa.

Portanto, a ideia de realização de um Módulo Introdutório objetiva apresentar os conteúdos e conceitos que serão abordados ao longo da implementação do Programa de Formação e

Desenvolvimento de Liderança, possibilitando também produzir um referencial sobre os temas, a partir da visão dos seus próprios participantes.

4.2 Estratégia Regional

Neste campo, os sujeitos da ação educativa estarão inseridos na categoria de atores institucionais, jovens representantes dos NÓS do NEA-BC. O coletivo será formado por dois ou três representantes de cada NÓ e terá como principais instrumentos de aprendizagem os seminários presenciais teórico-práticos e as ações extraseminários (intercâmbios de aprendizagem, análise de casos, resolução de desafios, visitas institucionais, rodas de diálogos inter-geracionais e projetos de campo). A opção por dois ou três representantes por NÓ decorre do fato de que metodologicamente será difícil trabalhar com um grupo muito grande, temos 13 municípios e queremos que todos estejam representados neste universo. A intencionalidade é que estes jovens selecionados ocupem espaços de poder na região, começando pela direção da Associação e condução dos projetos dos NÓS.

4.2.1 Perfil do Público

Participarão desta etapa trinta jovens selecionados nos processos formativos locais dos NÓS do NEA-BC nos treze municípios da Bacia de Campos. O processo de seleção obedecerá, inicialmente, os seguintes critérios como instrumentos de seleção:

- Faixa etária: 16 a 29 anos;
- Ter concluído ou estar cursando o segundo grau, superior será um diferencial;
- Já ter participado de alguma experiência de cunho socioambiental;
- Conhecimento básico em informática (gerenciador de emails e pacote Office)
- Grau de participação durante os primeiros Módulos Locais;

- Redação de uma carta de próprio punho explicitando o interesse no Programa e as possíveis contribuições para o Projeto do NÓ;
- Dinâmica de Grupo e Entrevista

4.2.2 Proposta de Temáticas: seminários presenciais teórico-práticos

- **Encontro de Acolhida e Nivelamento:** com duração de dois (02) dias, visa construir um nivelamento conceitual entre os participantes; criar um clima inicial favorável de convivência entre os participantes selecionados e entre eles e a equipe pedagógica, bem como encaminhar os trabalhos prévios ao Primeiro Seminário Presencial.
- **Preparação prévia para a etapa presencial:** com duração de um (01) mês, dedicada à leitura, e à organização de informações e materiais didáticos, por parte da equipe pedagógica.
- **Primeiro Seminário Presencial:** com duração de quatro (04) dias, desdobrado nos seguintes focos temáticos:

1. *Seminário Juventude, Direito e Cidadania:* Neste espaço, serão transmitidos e debatidos os principais temas relacionados à juventude e seu contexto social, político e econômico e às relações envolvendo o Estado e a Sociedade, Direito e Cidadania.

2. *Seminário Instrumentos de Gestão I:* Visa desenvolver competências e ferramentas de gestão (comunicação social, planejamento, elaboração de projetos, avaliação, etc.).

3. *Seminário Análise Organizacional:* Prestando-se atenção à estrutura básica das organizações sociais, faz-se necessário conhecer as lógicas, os atores, as culturas e os interesses das empresas, do governo e das organizações da sociedade civil.

- **I Período de ação, reflexão, ação:** com duração de três (03) meses, diz respeito ao trabalho de campo nos próprios projetos e instituições dos participantes, a partir das tarefas surgidas durante o Primeiro Seminário Presencial.
- **Segundo Seminário Presencial:** com quatro (04) dias de duração, desdobrado nos seguintes focos temáticos:

1. *Seminário da Ética*: Através de casos reais, a ideia deste seminário é fazer um debate sobre um dos principais temas relativos à viabilidade dos projetos na região, a ética da gestão. Muito além das diferenças de estilos, políticas e interesses, o tema ética está no centro de toda pretensão de sustentabilidade para nossas sociedades.
 2. *Seminário Instrumento de Gestão II*: Seguirá a linha do primeiro no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e ferramentas, neste caso, vinculadas à resolução de conflitos, formação de alianças, desenvolvimento de pessoas e criatividade de soluções, administração de recursos.
 3. *Seminário de Inteligências de Liderança*: Fornecerá as condições para uma síntese das aproximações à liderança que o Programa pretende estimular nas localidades e região.
- **II Período de ação, reflexão, ação**: com duração de três (03) meses, diz respeito à continuidade do trabalho de campo nos próprios projetos e instituições dos participantes, a partir das tarefas surgidas durante o Segundo Seminário Presencial.
 - **Evento de culminância e avaliação do Programa**: neste momento, serão discutidos os aprendizados do Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças por meio de instrumentos pedagógicos qualitativos e quantitativos, apresentação dos resultados, momento atual dos projetos dos NÓS e de outros que, porventura, articulem-se ou surjam durante a iniciativa. Será um momento aberto a todas as partes interessadas do Projeto NEA-BC.

4.3. MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS LOCAIS E REGIONAIS.

As estratégias local e regional possuem os mesmos objetivos, ou seja, fazem parte do Programa de Desenvolvimento e Formação de Lideranças. Enquanto a primeira trabalha mais de perto com os grupos gestores locais; a regional subsidia este processo por meio da complementação de conteúdos para um grupo de potenciais líderes dos projetos dos NÓS.

Os processos de formação tanto no âmbito local como regional terão desdobramentos (atividades extra seminários e módulos) que serão trabalhados de forma articuladas. Assim, pretendemos que, após cada momento de formação, seja ele no âmbito local ou regional,

algum tipo de atividade prática relacionada aos conteúdos teóricos apresentados seja assumida pelos participantes. Estas ações podem ser de cunho gerencial (organização interna do NÓ) ou de cunho político (participação em espaços públicos, controle social de políticas públicas, mobilização em torno de questões de interesse público etc.). Neste sentido, será desenvolvido um sistema de apoio a estas iniciativas que vai desde o acompanhamento por meio de uma plataforma eletrônica de comunicação até o suporte presencial a ser executada pela equipe gestora, consultoria e Petrobras.

Esperamos que este movimento interativo de formação no campo político e gerencial forneça os subsídios necessários para a elaboração de um projeto de intervenção associado às demandas das comunidades e fundamentadas nos princípios da Educação no Processo de Gestão Ambiental. Ou seja, uma resposta a um problema concreto. Uma vez que elaborar um projeto é, antes de mais nada, contribuir para a solução de problemas, transformando IDEIAS em AÇÕES.

Esperamos também que este processo de formação possa ser capaz de ensejar o surgimento de uma rede de educadores ambientais a partir dos egressos do Programa. A equipe pedagógica do programa irá acompanhar o desenvolvimento dos participantes durante o processo formativo. Uma das premissas estabelecida é que estes jovens passem a ocupar espaços de poder e relevância em organizações locais e globais da Bacia de Campos.

5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES		CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO																
		2010					2011											
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. ATIVIDADES PRELIMINARES																		
1.1.	Retomada do processo de mobilização social junto aos Grupos Gestores locais.																	
1.2.	Apresentação e discussão das linhas mestras do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças para os Grupos Gestores locais.																	
1.3.	Mobilização social ampliada, focada nos jovens das localidades.																	
1.4.	Apresentação Ampliada do Programa de Formação e Desenvolvimento de Liderança																	
1.5.	Inscrição para participação do Programa (Estratégia Local)																	
1.6.	Reunião Institucional com CGPEG/IBAMA																	
1.7.	Módulo Introdutório																	

ATIVIDADES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO																									
	2011												2012													
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
2. ESTRATÉGIA LOCAL																										
2.1	Módulos Temáticos																									
2.2	Atividades Extra Módulos																									
3. ESTRATÉGIA REGIONAL																										
3.1	Encontro de acolhida e nivelamento																									
3.2	Preparação prévia para o seminário presencial																									
3.3	Primeiro seminário presencial																									
3.4	Período de ação/reflexão/ação																									
3.5	Segundo seminário presencial																									
3.6	Avaliação dos seminários presenciais																									
3.7	Encontro de culminância e avaliação																									

ATIVIDADES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO																							
	2011												2012											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
IV. AÇÕES EXTRASSEMINÁRIOS																								
3.1	Trabalho em rede e educação à distância																							
3.2	Monitoramento e tutoria das atividades desenvolvidas pelos participantes																							
3.3	Participação em eventos e visitas institucionais																							
3.4	Preparação dos relatórios de processos e resultados obtidos pelos participantes																							
3.5	Oficinas de gestão focadas em processos de elaboração e gestão do ciclo de projetos.																							
3.6	Avaliação e elaboração do relatório final do programa																							

6. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BERGER, R. As possibilidades educacionais nos Conjuntos Integrados de Projetos (CIPs). In: LEILAH, L.; TREVISAN, M. C. (orgs.). **Apoio Internacional ao Desenvolvimento Local: experiências sociais com juventudes no Nordeste**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2010.

KELLOGG FOUNDATION: Programa de Liderança e Desenvolvimento Social para América Latina e o Caribe. UFPE, 2002.

PETROBRAS. Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos – NEA-BC. Rio de Janeiro: Petrobras, 2008.

QUINTAS, J. S.; GOMES, P. M.; UEMA, E. E. **Pensando e Praticando a Educação do Processo de Gestão Ambiental**: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2005.